



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Eleições de Segunda Ordem em Cabo Verde, 1991-2016

Danielton Jorge Jesus Delgado

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

**À minha mãe Joana Antónia Jesus
e ao meu falecido pai, Pedro Joana Delgado**

Agradecimentos

Primeiramente começo por agradecer ao professor Doutor José Santana Pereira, por ter aceitado a orientação científica desta dissertação, por acreditar em mim e sobretudo por sempre ter esperado o melhor de mim. Agradeço pelas inúmeras reuniões, pelos conselhos, comentários e críticas construtivas, pela paciência que sempre demonstrou durante este percurso, contribuindo assim de forma indelével para o meu crescimento e maturidade intelectual.

Aos professores do mestrado, pelas abordagens teóricas e analíticas que fizeram ao longo do curso, que de uma forma direta facultaram-me bases para a realização da presente dissertação. Aos meus colegas do curso, em especial a Nazaré Oliveira e Francisco Té, pelo apoio psicológico e moral durante este período académico.

A todos os familiares e amigos em Cabo Verde e em Portugal, pelas palavras de apoio e carinho nestes anos do mestrado. Em especial, um muito obrigado a minha irmã Hírdina Delgado, pelo acolhimento e pela força permanente durante esses anos. Aos meus irmãos (s), Tomas Delgado, Adelina Delgado, Sandra Delgado e Maria da Luz, pelos suportes.

No mesmo sentido, agradeço ao meu sobrinho Dário Lopes, a Lara Lima e a Josibel Lucas, pelos suportes dados em Lisboa e em Cabo Verde, durante todo este percurso académico.

Agradeço a Deus pela força e vontade, pelo desejo de lutar todos os dias e pelo discernimento que me tornou capaz de realizar o presente estudo.

Muito obrigado a todos!

Resumo

O propósito desta investigação foi o de aplicar a teoria das eleições de segunda ordem ao caso de Cabo Verde. O objetivo era perceber se existem diferenças na participação e nas escolhas eleitorais dos cidadãos cabo-verdianos em eleições de primeira e de segunda ordem, congruentes com a teoria de Reif e Schmitt (1980). Assim, houve a necessidade de fazer uma análise de todas as eleições (legislativas, presidenciais e autárquicas) decorridas em Cabo Verde, desde as primeiras eleições realizadas no regime multipartidário no ano de 1991 até as últimas eleições, que tomaram parte no ano de 2016. Testaram-se quatro hipóteses sobre diferenças nos níveis de participação e invalidação de votos/votos em branco, resultados do partido no governo e resultados de partidos pequenos em eleições de primeira e segunda ordem, primeiramente através da análise de ciclos eleitorais (analisando as eleições de primeira ordem e as de segunda ordem que lhes seguiram) e, num segundo momento olhando para o período democrático em Cabo Verde como um todo. Os resultados mostram que há uma maior tendência de participação nas eleições de primeira ordem face às de segunda ordem; somando os resultados obtidos pelos partidos pequenos como um todo nas eleições de segunda ordem e comparando estes resultados com a soma dos mesmos nas eleições de primeira ordem, estes apresentam melhores resultados nas primeiras; entretanto, notou-se maiores taxas de boletins em branco e inválidos somente nas eleições autárquicas, tendo as presidenciais apresentado menores taxas durante todos os ciclos eleitorais. Ainda, nas eleições autárquicas há uma maior penalização dos partidos incumbentes, ou seja, uma tendência para estes receberem menor percentagem de votos que nas eleições em que foram eleitos.

Palavras-chave: Cabo Verde; eleições de primeira ordem; eleições de segunda ordem; participação eleitoral; comportamento eleitoral.

Abstract

The purpose of this investigation was to test the theory of second-order elections in the case of Cape Verde. The objective was to understand if there are differences in the participation and electoral choices of Cape Verdean citizens in first and second-order elections, congruent with Reif and Schmitt's (1980) theory. Thus, it was necessary to analyze all the electoral legislative, presidential and local elections held in Cape Verde from the first elections held in 1991 until the last elections that took place in 2016. Four hypotheses regarding differences in terms of turnout, ballot invalidation/blank votes and results of incumbent and small parties were tested, first via the analysis of electoral cycles (analyzing the first order and second order elections that followed them) and, in a second moment looking at the democratic period in Cape Verde as a whole. The results show that there is a greater tendency to participate in first-order elections compared to second-order elections; adding the results obtained by the small parties as a whole in the second order elections and comparing these results with the sum of the same ones for the first order elections, these present better results in the former; however, higher rates of blank and invalid ballots were noted only in local elections, with presidential elections showing lower rates during all electoral cycles. Also, in the local elections there is a greater penalization of the incumbent parties, that is, a tendency for them to receive a lower percentage of votes than in the elections in which they were elected.

Key Words: Cabo Verde; first-order elections; second-order elections; electoral participation; voting behavior

Índice Geral

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Glossário de Siglas	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A TEORIA DAS ELEIÇÕES DE SEGUNDA ORDEM E O ESTUDO AGREGADO DO COMPORTAMENTO ELEITORAL.....	3
CAPÍTULO II: CABO VERDE: DEMOCRATIZAÇÃO, SISTEMA POLÍTICO E ELEIÇÕES DE PRIMEIRA E SEGUNDA ORDEM, E ESTUDOS SOBRE COMPORTAMENTO ELEITORAL	9
2.1. Breve revisão dos estudos sobre o sistema político e o comportamento eleitoral em Cabo Verde	13
CAPÍTULO III: OBJECTIVOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA	15
CAPÍTULO IV: RESULTADOS: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, LEGISLATIVAS E AUTÁRQUICAS EM CABO VERDE (1991-2016).....	17
4.1. Eleições em Cabo Verde (1991-2016): Panorama	17
4.2. Teste das Hipóteses	21
4.2.1. Teste das Hipóteses através da análise de ciclos eleitorais	21
4.2.1.1. Ciclo eleitoral de 1991	21
4.2.1.2. Ciclo eleitoral de 1995/1996/2000	23
4.2.1.3. Ciclo eleitoral de 2001/2004	25
4.2.1.4. Ciclo eleitoral de 2006/2008	27
4.2.1.5. Ciclo eleitoral de 2011/2012	28
4.2.1.6. Ciclo eleitoral de 2016	30
4.2.2. Análise global do período 1991-2016	31
CONCLUSÕES.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
ANEXOS.....	41

Índice de Quadros

Quadro 1 - variáveis dependentes e variáveis independentes.....	16
Quadro 2 - Eleições Legislativas em Cabo Verde (1991-2016).....	17
Quadro 3 - Eleições Presidenciais em Cabo Verde (1991-2016).....	18
Quadro 4 - Eleições Autárquicas em Cabo Verde (1991-2016).....	20
Quadro 5 - Quadro-resumo: Diferenças existentes nas eleições de primeira ordem face Às eleições de segunda ordem.....	33
Quadro 6 - Quadro-resumo: Teste das hipóteses por ciclos eleitorais e no período global.....	36

Glossário de Siglas

ADM	Aliança Democrática para a Mudança
AMI	Avançar Mosteiros Independente
APN	Alternativa Autárquica para o Porto Novo
ASV	Alternativa São Vicente
ATS	Ação para o Trabalho e para a Solidariedade
BASTA	Boavista Avante Sempre Trabalhando Arduamente
B.O	Boletim Oficial
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
FV-BV	Forças Vivas de Boa Vista
GDRG	Grupo de Desenvolvimento da Ribeira Grande
GIASF	Grupo Independente Abraçar São Filipe
GIDP	Grupo Independente para o Desenvolvimento do Paul
GIDR	Grupo Independente para o Desenvolvimento da Ribeira Grande
GID-SD	Grupo Independente para o Desenvolvimento de São Domingos
GIGA	Grupo Independente Ganhar para Avançar
GIMCS	Grupo Independente da Mudança para a Confirmação e Consolidação das Cidades do Sal
GIMDS	Grupo Independente para a Mudança e o Desenvolvimento do Sal
GIMS	Grupo Independente para a continuação da Mudança e desenvolvimento do Sal
GIRB	Grupo Independente Ribeira Brava
GIST	Grupo Independente por Santa Catarina Verde
GPAIS	Grupo por Amor Incondicional a São Filipe
GSTDT	Grupo de Solidariedade Trabalho e Desenvolvimento do Tarrafal
GIUDS	Grupo Independente Unido por São Domingos
GUD/SM	Grupo de Unidade Democrática por São Miguel
ISCTE – IUL	Instituto Universitário de Lisboa
JIDSC	Jovens Independentes Democráticos para Santa Cruz
JPSN	Juntos por São Nicolau
LOPE	Lei sobre a Organização Política do Estado
MAISV	Movimento Arco-íris São Vicente
MDM	Movimento para o Desenvolvimento do Maio
MIDPN	Movimento Independente para Desenvolvimento de Porto Novo
MMSV	Movimento Modernizar São Vicente
MPD	Movimento Para Democracia

MUPD	Movimento Unido para o Desenvolvimento
NUBAI	Grupo Independente Santa Catarina
OIAM	Onda Independente para Avanço do Maio
PAF	Partido Amor ao Fogo
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCD	Partido da Convergência Democrática
PCD/PP	Partido da Convergência Democrática /Partido Popular
PP	Partido Popular
PRD	Partido da Renovação Democrática
PRF	Praia Rumo ao Futuro
PSD	Partido Social Democrático
PTS	Partido de Trabalho e da Solidariedade
RRSC	Roteiro Rumo a Santa Catarina
UCID	União Cabo-Verdiana Independente e Democrática
UNISC	Unidos para Santa Cruz

É pertinente esclarecer que não foi possível identificar o nome completo dos seguintes partidos e movimentos (CINSN, FDIS, GALIS, GAPDM, GDR, GIDPN, GIDSP, GINCP, MACIF, MDPN, MPCBV, MPM, MPRSV, MUPAD, NETA, PFD, PROJO, PROS, PRO-S, UDD), na medida em que todos eles, que participaram nas eleições autárquicas de 1991 e 1996, acabaram por desaparecer; os B.O (Boletins Oficiais) consultados não apresentam as definições dos mesmos.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada “As Eleições de Segunda Ordem em Cabo Verde, 1991-2016”, foi realizada em cumprimento do requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Dada a importância do entendimento do comportamento dos eleitores numa jovem democracia como a cabo-verdiana, a presente investigação adotou como questão de pesquisa saber em que medida os diferentes tipos de eleições podem influenciar os níveis de participação eleitoral em Cabo Verde, os resultados do partido no governo e de partidos grandes e pequenos¹.

Iremos argumentar que, em Cabo Verde, as eleições presidenciais e autárquicas são eleições de segunda ordem, ao passo que as eleições legislativas são eleições de primeira ordem. O presente trabalho utiliza a definição de eleições de primeira ordem e de segunda ordem proposta e usada em vários estudos (Reif e Schmitt, 1980; Freire e Magalhães, 2002; Freire, 2005; Nunes, 2005 e Schmitt, 2005). Entende-se que as eleições de primeira ordem, nos sistemas parlamentares e semipresidenciais fracos, são as eleições parlamentares nacionais e nos sistemas presidenciais, as eleições presidenciais nacionais. Nestas eleições está em jogo algo de muito importante, e são percebidas pelos cidadãos como tendo o maior interesse, uma vez que, geralmente determinam a distribuição de poder no nível mais saliente de tomada de decisão política (Koepke e Ringe, 2006). Por outro lado, as eleições de segunda ordem não têm um impacto no controlo do poder executivo (Freire, 2002; 2005).

Tomamos Cabo Verde como objeto de estudo por dois motivos. Por um lado, é um país com uma jovem democracia. Tendo alcançado a independência somente a 5 de Julho de 1975 (Lima, 1992; Silveira, 2005; Cardoso, 2016), o Estado de Cabo Verde nasce com características autoritárias (Évora, 2001). No entanto, com o objetivo de garantir que se vivesse num país democrático, uma parte da liderança do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), mostrou-se sensível à abertura política e, com a supressão do artigo 4.º, que consagrava o partido como a única força dirigente da sociedade e do Estado, foi possível a realização das primeiras eleições no regime multipartidário, no início no ano de 1991 (Cardoso, 2016). Foi dado a Cabo Verde o título de um dos pioneiros no processo de abertura ao multipartidarismo entre os PALOP (Barros, 2008; Évora, 2009). Por outro lado, Cabo Verde tem sido destacado pela comunidade internacional e pela literatura (Ames, 2007, Évora, 2009) como sendo um caso excecional e um paradigma de democracia no contexto político africano.

¹ É pertinente esclarecer que alguns excertos da dissertação foram submetidos enquanto trabalho da Unidade Curricular *Desenho de Pesquisa* em Maio de 2017. O trabalho foi entregue quando a dissertação já se encontrava bastante adiantada, daí a semelhança de alguns excertos.

Pelo facto da teoria das eleições de segunda ordem, apresentada por Reif e Schmitt (1980) no contexto europeu, de democracias consolidadas, defender diferentes níveis de participação e escolhas por parte dos eleitores nos diferentes âmbitos eleitorais, isto de acordo com o que esteja em causa, visou-se compreender as diferenças de participação e comportamento eleitoral entre as eleições de primeira e segunda ordem cabo-verdianas como sinal de maturidade democrática e política no país. Foram elaboradas quatro hipóteses, que estão devidamente encaixadas e contextualizadas na teoria das eleições de segunda-ordem de Reif e Schmitt (1980) e fazem com que se espere um diferente comportamento eleitoral nas eleições presidenciais, legislativas e autárquicas cabo-verdianas. Para atingir os objetivos, foram analisadas todas as eleições presidenciais, legislativas e autárquicas em Cabo Verde, desde a abertura política até as últimas eleições realizadas, sendo que alguns dos dados de análise foram encontradas na página oficial da CNE - Comissão Nacional de Eleições e, os dados mais antigos foram conseguidos diretamente na instituição. Trata-se de todos os dados oficiais publicados nos Boletins Oficiais sobre as eleições no país.

É pertinente esclarecer que os estudos sobre o comportamento eleitoral em Cabo Verde são pouco numerosos, e no que diz respeito à teoria das eleições de segunda ordem, cabe aqui salientar que houve apenas uma tentativa parcial de aplicação do referido modelo em Cabo Verde, por parte de Fortes e Magalhães (2005).

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado ao enquadramento teórico, apresentando a teoria das eleições de segunda ordem e o estudo agregado do comportamento eleitoral, tendo como objetivo primordial a apresentação dos conceitos de eleições de primeira ordem e eleições de segunda ordem, bem como as hipóteses que a teoria sustenta. No segundo capítulo é abordado o processo de democratização ocorrido em Cabo Verde e o seu sistema político e identificam-se as eleições de primeira e segunda ordem no país, desde a abertura política em 1991 até as últimas eleições realizadas no ano de 2016. Apresentam-se ainda os poucos estudos sobre comportamento eleitoral em Cabo Verde. O terceiro capítulo é dedicado à apresentação da metodologia adotada para o presente estudo, após a explicação da pertinência do objetivo e a apresentação das hipóteses a serem testadas. No quarto capítulo, procede-se à leitura e análise de todos os resultados eleitorais ocorridos em Cabo Verde, desde o ano de 1991 até 2016, com o propósito de validar as quatro hipóteses em análise. O último capítulo, de conclusões, resume os principais resultados da análise e discute-os.

CAPÍTULO I: A TEORIA DAS ELEIÇÕES DE SEGUNDA ORDEM E O ESTUDO AGREGADO DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

A ciência política dispõe de três modelos principais de análise da participação eleitoral e do sentido do voto: o modelo sociológico, o modelo sociopsicológico e o modelo económico. De acordo com o modelo sociológico, as divisões e os consensos políticos constituem o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e objetivos políticos se formam e atuam (Freire, 2001). Segundo Nunes (2005), neste modelo o sentido de voto e a participação eleitoral variam conforme o acesso à informação e ao contexto social em que os eleitores estão inseridos. Nesta medida, o contexto sociopolítico de um cidadão explica a sua posição face a um momento eleitoral. Por outro lado, o modelo sociopsicológico valoriza mais às variáveis atitudinais no que concerne a explicações do comportamento eleitoral (Nunes, 2005).

Freire (2001) ressalta que as variações nos níveis de participação detetadas nos atos eleitorais do mesmo ou de diferentes tipos, realizadas em períodos não muito distantes, não podem ser explicadas por fatores sociológicos e psicológicos estáveis. Nestes parâmetros, Nunes (2005) assegura que estas variações nos níveis de participação eleitoral são explicadas pelas teorias da escolha racional e pelo modelo económico do voto. Freire (2001) corrobora ao afirmar que o “modelo do eleitor racional”, em termos de políticas públicas, possibilita que os cidadãos votem livres das deliberações psicológicas e sociológicas, fazendo com que escolham os partidos que mais se adaptam às suas afeições políticas.

Freire (2001) inspira-se em Downs (1957: 44-45) para afirmar que o sentido racional da opção de voto dos eleitores determina-se de formas diversas. Isto é, cada eleitor considera as eleições estritamente como meio de selecionar o governo que mais o beneficia, sendo que o cidadão estima a utilidade/rendimento que obteria se cada um dos partidos estivesse no poder na legislatura seguinte. Então, o eleitor votará no partido que considere que lhe vai proporcionar a maior utilidade/rendimento com a sua atuação governamental. Assim, o primeiro fator que influi na estimação da utilidade que resultará da atuação governamental de cada partido são as promessas eleitorais expressas na campanha, seguido de uma comparação com a utilidade auferida com a atuação do atual partido no governo. No entanto, o eleitor baseia a sua estimação de utilidades não apenas nas utilidades pela atuação do partido incumbente, mas também naquelas que teria recebido se cada um dos partidos da oposição tivesse estado no poder (Downs, 1957; Freire, 2001). Estas situações verificam-se, sobretudo, em sistemas bipartidários, no qual existem dois grandes partidos com possibilidades de ascender ao poder (Downs, 1957; Freire, 2001):

“Em sistemas bipartidários o eleitor pode não votar no partido que mais prefere, isto é, naquele que considera que o seu partido preferido tem poucas hipóteses de vencer poderá optar pelo partido que lhe está ideologicamente mais próximo e tem mais hipóteses de vencer. A probabilidade de não votar no partido preferido será tanto mais elevada quanto maior for a importância que o eleitor atribui a afastar da governação o partido menos preferido” (Freire, 2001: 65).

Constata-se que esta afirmação remete para a ideia de “utilidade do voto”, abordada por Freire (2001). Com um vasto nível de recursos e informação política, o que se traduz num maior nível de exigência acerca do desempenho dos sistemas políticos, os cidadãos mostram-se bastante autónomos relativamente à pressão que mantêm perante a oferta eleitoral referente a aquilo que está em pauta, tal como norteiam as suas decisões eleitorais perante a natureza e a importância da eleição em causa de acordo com a utilidade política do voto em determinadas conjunturas (Freire, 2001).

Proveniente deste modelo de comportamento eleitoral, surge a hipótese de responsabilização. Esta hipótese sustenta a ideia dos eleitores darem um maior “apoio aos incumbentes no governo em períodos de prosperidade económica, penalizando-os em períodos recessivos”, ao transferirem o seu apoio para a oposição (Freire, 2001: 77). Assim, Nunes (2005), afirma que é precisamente neste contexto de reflexão teórica que surge o conceito das eleições de segunda ordem, proposto por Reif e Schmitt no ano de 1980, aplicado às eleições europeias. O modelo sugere que há uma diferença qualitativa entre os diferentes tipos de eleições, dependendo da perceção do que está em jogo.

Os estudos indicam que as eleições de primeira ordem nos sistemas parlamentares são as eleições parlamentares nacionais, e nos sistemas presidenciais, as eleições presidenciais nacionais, uma vez que nestas eleições é que está em jogo algo de muito importante: o controlo do poder executivo nacional (Reif e Schmitt, 1980; Freire e Magalhães, 2002; Freire, 2005; Nunes, 2005; Schmitt, 2005). Segundo, Norris (1997), estas eleições oferecem aos eleitores a escolha crítica de quem deve governar o país e quais as políticas a serem adotadas. São vistas pelos cidadãos como tendo o maior interesse, uma vez que, geralmente determinam a distribuição de poder no nível mais saliente de tomada de decisão política (Koepke e Ringe, 2006: 3).

Por outro lado, Freire (2002; 2005) afirma que eleições de segunda ordem são as eleições que não abrangem todo o território nacional, tal como as eleições municipais e vários tipos de eleições locais, regionais e estaduais, mas também outras, tais como as europeias. Estes tipos de eleições não dispõem de um impacto direto no que diz respeito ao controlo do poder executivo nacional, isto é, não determinam a composição do governo no nível eleitoral de primeira ordem. Nesse sentido, em sistemas semipresidenciais em que o presidente não tem poderes fortes, as eleições presidenciais podem ser

também vistas como sendo de segunda-ordem, nomeadamente em termos de participação (Fortes e Magalhães, 2005). Segundo Norris (1997), as eleições de segunda ordem servem, por exemplo, para eleger autoridades regionais, municipais e locais dos sistemas parlamentares e representantes legislativos nos sistemas presidenciais. Schmitt (2005), inspirado em Reif e Schmitt (1980), cita no elenco que constituem as eleições de segunda ordem, as eleições subnacionais ou parciais e as eleições supranacionais para seleção dos deputados ao Parlamento Europeu (Schmitt, 2005). Por não terem uma abrangência nacional, estas eleições são alvo da atribuição de menor importância e, essa atribuição não diz respeito somente aos eleitores, similarmente pode ser notada tanto entre políticos de alto nível, como em jornalistas políticos. Consequentemente, ao realizar uma campanha um tanto quanto moderada há probabilidades de haver falta de informação por parte dos eleitores (Reif e Schmitt, 1980).

Devido às características particulares das eleições de segunda ordem, Reif e Schmitt (1980) afirmam que a estratégia e a tática dos partidos políticos nas campanhas são muitas vezes influenciadas por cálculos políticos relacionados com a arena principal. Ou seja, apesar de as eleições de primeira e de segunda ordem abrangerem amplitudes significativamente diferentes, o próprio contexto criado pelas eleições de primeira ordem pode influenciar o comportamento dos atores políticos, mas também dos eleitores nas eleições de segunda ordem (Eijk e Franklin, 1996; Marsh, 1998). Isto é:

Muitos eleitores votam nessas eleições, não apenas como resultado das condições que se obtêm dentro do contexto específico da arena de segunda ordem, mas também com base em fatores na principal arena política da nação (Reif e Schmitt, 1980: 9)².

Nestes contornos, Freire (2002) e van der Eijk e Franklin (1996) entendem que, apesar de estas eleições não muito contribuírem para o funcionamento do sistema político nos diversos países, muitas vezes as mesmas partes se encontram competindo, isto é, nas eleições nacionais tanto as eleições de primeira ordem como as de segunda ordem possuem os mesmos sistemas partidários e ao mesmo tempo são travadas pelos mesmos partidos políticos. Isso faz com que se influenciem mutuamente, uma vez que as eleições de primeira ordem sofrem igualmente influências por parte das eleições de segunda ordem (Sotillos, 1997). Estas conexões existem e têm efeitos independentemente de serem ou não expressas explicitamente (Reif e Schmitt, 1980).

Este modelo de eleições assenta em diversos pressupostos, entretanto é quase um consenso entre os diversos investigadores que dele decorrem quatro hipóteses predominantes, que apresentamos em seguida.

² Obs.: É pertinente esclarecer que a tradução é nossa, uma vez que a obra original é feita na língua inglesa.

Em primeiro lugar, nas eleições de segunda ordem há um menor nível de participação, visto que há menos em jogo, logo menos eleitores podem considerá-las suficientemente importantes para se deslocarem às urnas (Reif e Schmitt, 1980; Norris, 1997). Tendo em conta que estas eleições pouco contribuem para a distribuição do poder executivo, os eleitores tenderão a participar menos nas mesmas em contraste com as legislativas, através das quais esse poder é definido (Freire, 2002).

Em segundo lugar, nas eleições de segunda ordem há perspectivas mais favoráveis para os partidos políticos mais recentes e mais pequenos (Reif e Schmitt, 1980). Nestes tipos de eleições a tendência é de beneficiar mais os partidos mais pequenos, que aproveitam a oportunidade para representarem as opiniões dos seus eleitores. Em contrapartida, os grandes partidos eleitorais podem receber votos nas eleições de primeira ordem provenientes de eleitores cuja preferência é por partidos pequenos (Reif e Schmitt, 1980). Nestes contornos, é um consenso entre diversos investigadores que nas eleições de segunda ordem há uma tendência de beneficiar mais os partidos pequenos ou de menor expressão, comparativamente com os partidos maiores, em comparação com os resultados nas eleições de primeira ordem anteriores (Eijk e Franklin, 1996; Eijk, Franklin e Marsh, 1996; Norris, 1997; Hobolt e Wittrok, 2010).

Em terceiro lugar, o descontentamento em relação ao conjunto dos partidos e ou candidatos oferecidos aos eleitores em eleições de primeira ordem pode-se expressar aqui de forma explícita, por meio de invalidação. Isto é, nas eleições de segunda ordem podemos nos deparar com um maior número/percentagem de boletins inválidos (Reif e Schmitt, 1980).

Em quarto lugar, não se tratando de eleições cujos efeitos são diretos na composição do governo, especialmente em períodos intermediários, os cidadãos sentem-se mais livres e veem as eleições como sendo uma oportunidade de penalizar a administração incumbente, caso estejam insatisfeitos com a mesma (Freire, 2002; Norris, 1997). Nestes parâmetros, frequentemente, os partidos governamentais tenderão a ser penalizados nas eleições de segunda ordem (Reif e Schmitt, 1980; Eijk e Franklin, 1996; Eijk, Franklin e Marsh, 1996).

Reif e Schmitt (1980) explicam que as desvantagens que os partidos governamentais nacionais gozam comparativamente com os partidos mais pequenos nas eleições de segunda ordem, consiste no facto de alguns eleitores estarem desapontados com algumas políticas específicas do governo, o que se traduz numa maior mobilização do apoio para a oposição, com o objetivo de pressionar o governo; no entanto, estas mobilizações não significam uma mudança sistemática do apoio ao partido. Marsh (1998) corrobora ao afirmar que pode-se entender estes tipos de comportamentos adotados pelos eleitores como uma mensagem de insatisfações temporárias dirigidas ao governo. Traçadas estas observações, Reif e Schmitt (1980) aconselham aos partidos no governo darem uma melhor atenção aos aspetos nacionais,

porque mesmo que nas eleições de segunda ordem não esteja em causa a formação do governo, os resultados ocorridos contribuem de forma a expor o grau de satisfação/ insatisfação dos cidadãos eleitores e, por outro lado, podem provocar mudanças no sistema governamental.

Contudo, é importante sublinhar que, no caso das eleições locais, regionais e estaduais, a importância relativa destes níveis de poder político para o funcionamento do sistema político, apesar de ser menor, não é nula. Dependendo do modelo institucional do sistema político, nos sistemas federais, algumas das eleições que consideraríamos de segunda ordem podem perfeitamente possuir uma relevância análoga à da Câmara Baixa (Freire, 2002). A importância destes níveis de poder político reside no facto de nos conselhos locais, os representantes políticos muitas vezes tomarem decisões em assuntos de extrema relevância; o mesmo acontece nos conselhos regionais, uma vez que em algumas nações há a possibilidade de elegerem um chefe ou mesmo de formarem uma administração regional, porém é pertinente salientar que muitas vezes estas decisões são tomadas sem ter em conta a situação política e económica que o determinado estado esteja a atravessar no momento. Existem circunstâncias que variam de acordo com o contexto, assim destaca-se como um outro aspeto de fundamental relevância nas eleições de segunda ordem as circunstâncias políticas e institucionais das arenas políticas respetivas, tais como: os partidos, os candidatos, as plataformas, as áreas políticas e posições de controlo que estão em questão, entre outros (Reif e Schmitt, 1980).

Claramente, o conceito de eleições nacionais de segunda ordem gerou uma vasta e rica literatura com implicações empíricas e normativas. Ao mesmo tempo, esta teoria vem sendo vítima de diversas interpretações. Assim, na revisão da literatura sobre eleições de segunda ordem, Karlheinz Reif (1997) explica o contexto em que surgiu a teoria e qual o objetivo que o levou, juntamente com Hermann Schmitt, a desenvolver a presente teoria, mostrando assim algumas limitações da mesma, com o objetivo de esclarecer as diversas interpretações que vem sendo sujeitas. Dessa forma, Reif (1997) alega que o objetivo era conceptualizar uma relação cíclica sistemática entre os resultados da eleição mais importante dentro de um sistema político, denominada eleição de primeira ordem, e os resultados de todos os outros tipos de eleições, denominadas eleições de segunda ordem. O intuito era de traduzir este modelo e aplicar essa lógica de olhar para os diferentes tipos de eleições na Comunidade Europeia, e o que este sistema tem em comum devido ao seu subsistema de estados membros (Reif: 1997).

Reif (1997) aponta uma série de limitações da teoria das eleições de segunda ordem e, ao mesmo tempo, faz algumas observações que os investigadores devem ter em conta ao abordar este tema. É apontado como uma limitação da teoria o próprio contexto em que a mesma foi desenvolvida. Por ser criada no ano de 1980, não foi elaborada detalhadamente com o objetivo de focar nas eleições nacionais propriamente ditas, mas sim com o intuito de fazer referências as campanhas e de mostrar os resultados das eleições de segunda ordem serem mais ou menos influenciadas pelos partidos políticos dominantes.

Também, o autor aponta como uma limitação da presente teoria o facto de Reif e Schmitt (1980), não incluírem os partidos radicais como tendo oportunidades nestes tipos de eleições, posto que através dos princípios e objetivos dos mesmos, há sempre possibilidades de conseguirem mobilizar os seus eleitores. Reif esclarece que as pesquisas que deram corpo ao artigo foram sobre os resultados entre diferentes tipos de eleições realizadas em países com sistemas bipartidários.

CAPÍTULO II: CABO VERDE: DEMOCRATIZAÇÃO, SISTEMA POLÍTICO E ELEIÇÕES DE PRIMEIRA E SEGUNDA ORDEM, E ESTUDOS SOBRE COMPORTAMENTO ELEITORAL

O presente capítulo visa debruçar-se sobre três pontos essenciais. Em primeiro lugar, a apresentação do processo de democratização feita em Cabo Verde, após a sua independência, uma vez que a independência não trouxe consigo a democracia propriamente dita (este ponto será devidamente fundamentado durante o desenvolver do capítulo). Ainda, tenciona-se apresentar o sistema político que se instaurou no país e, por último, com base nos poderes que são conferidos ao Mais Alto Magistrado da Nação (Presidente da República), conseguir identificar as eleições de primeira ordem e as eleições de segunda ordem neste país. Por fim, resumem-se os poucos estudos sobre comportamento eleitoral em Cabo Verde.

Considera-se pertinente começar o capítulo fazendo uma breve abordagem sobre a democracia. Segundo Mill (2006), a democracia direta deu lugar à democracia representativa. Nesta perspectiva, Henriques e Cabrito (1987) afirmam que, nesta, o poder político é exercido pelo conjunto de indivíduos que a nação escolheu através das eleições. Os mesmos autores entendem que de entre as modalidades que a democracia representativa apresenta deve-se destacar três, (a democracia popular; a democracia parlamentar e a democracia presidencialista). Porém, o fato de haver representantes do povo em um estado de direito democrático, não é suficiente para haver uma boa implementação do processo democrático; é obrigatório que o mesmo processo siga alguns critérios. De entre estes, o respeito pelos direitos de oportunidades (iguais e efetivas), para todos os membros que fazem parte de um estado democrático (Dahl, 1999). Nestes parâmetros, o mesmo autor, evidencia que antes de uma política ser adotada, é importante que a democracia dê aos membros a oportunidade de participação efetiva, da igualdade de voto, de oportunidades para a obtenção de informações esclarecidas, tanto como a oportunidade do exercício de controlo final sobre a agenda e a inclusão de todos os adultos (Dahl, 1999). Estes critérios apontados como preceitos que o regime democrático deve respeitar, traduzem-se no respeito pelos direitos iguais de participação, tanto no direito do exercício da cidadania, que é o direito de votar; no direito a liberdade de expressão, tal como no direito de escolha. Dahl (1999), entende que estes critérios são necessários e se houver o caso de um dos requisitos serem transgredido politicamente os membros não serão mais iguais. Os trabalhos consultados (Lijphart, 1989; Zakaria, 2005; Nohlen, 2007), mostram que o respeito pelos critérios acima apontados não constituem um problema no contexto da democracia contemporânea, uma vez que no decorrer da história vem-se notando uma clara evidência da ascensão do regime democrático, que automaticamente acarreta o respeito pelos princípios que norteiam o regime democrático.

Cabo Verde alcançou a independência no dia 5 de Julho de 1975. Este processo resulta no Estado de Cabo Verde, com características autoritárias (Évora, 2001). Com base na Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE), publicada em Julho do ano de 1975, o regime político de Cabo Verde é caracterizado como monopartidário (Évora, 2001). Para Onésimo Silveira, a instituição do “partido único” que se instaurou no país após a independência tinha como missão primordial a formação de um aparelho institucional que justificasse no plano internacional a existência da República de Cabo Verde, como um país independente e soberano (Silveira, 2005).

Entretanto, os acontecimentos mundiais no fim da década de 1980, particularmente na URSS e no Leste Europeu, vieram precipitar as primeiras eleições livres no país. Com efeito, “as tensões entre as forças democráticas e os regimes totalitários e autoritários em todos os continentes, com claros ganhos para as forças democráticas, tiveram um efeito de arrastamento profundo em todos os países com regimes modelados nos regimes de partido único. Cabo Verde não iria ficar de fora” (Cardoso, 2016: 231).

Ao mesmo passo, com o objetivo de garantir a continuidade do exercício do poder político, uma parte da liderança do PAICV mostrou-se sensível para a ideia da abertura política no país. Assim, durante uma sequência de reuniões realizadas entre 13 e 19 de Fevereiro de 1990, o Conselho Nacional do PAICV anuncia a abertura política, com base nos seguintes termos: introdução, a par das listas do PAICV e das suas organizações de massa, de listas concorrentes de grupos de eleições legislativas de Dezembro daquele ano; e a supressão do artigo 4.º que consagrava o PAICV como força dirigente da sociedade e do Estado, no quadro da revisão constitucional prevista para a 4.ª legislatura, a iniciar em 1991 (Cardoso, 2016: 231). Com a revogação do artigo 4.º da Constituição e a institucionalização do princípio do pluralismo, Cabo Verde torna-se um dos pioneiros no processo de abertura política ao multipartidarismo entre os países africanos de língua oficial portuguesa (Barros, 2008; Évora, 2009).

Silveira (2005) assegura que a abertura política e a transição para o multipartidarismo em Cabo Verde deveram-se muito ao surgimento de partidos da oposição política no país. Ao MPD (Movimento para a Democracia) coube um papel pioneiro neste processo, ao apresentar-se como a única organização partidária minimamente apetrechada para ocupar o terreno legal aberto pelo PAICV. Assim, as potencialidades democráticas dos cabo-verdianos PAICV e MPD foram traduzidas em realidades políticas, a partir de 13 de Janeiro do ano de 1991, data em que foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias na história do país, fazendo com que abrisse o caminho à montagem de um novo aparelho jurídico, uma moldura normativa que consagrou o pluripartidarismo de ideia, de expressão, e o ordenamento político e partidário como traves-mestras da democracia cabo-verdiana (Silveira, 2005: 13).

No mesmo passo, o processo de mudanças do regime prosseguiu-se com a realização das eleições presidenciais no dia 17 de Fevereiro do mesmo ano, tendo continuidade com a realização das eleições

municipais no dia 15 de Dezembro de 1991, terminando, a 25 de Setembro do ano de 1992, com a aprovação da nova Constituição, que passou a caracterizar o sistema político cabo-verdiano como um Estado de direito democrático (Barros, 2008). Mostra-se pertinente esclarecer que todo este processo de transição democrática não acontece por causa de nenhuma pressão externa, e o facto de o país não ter conhecido nenhum tipo de violência e conflito armado contribuiu de forma indelével para que existisse sempre um governo civil. No processo de mudança de regime, tal fator teve um peso considerável no arranjo institucional que foi definido para o regime democrático (Évora, 2009).

De acordo com Madeira (2015), com a implementação da primeira República em Cabo Verde (1975-1990) e com a eleição da primeira Assembleia Nacional Popular, configura-se no país um sistema de governo caracterizado como parlamentarista. Entretanto, conforme a literatura aponta (Fonseca, 2007; Silva, 2009; Madeira, 2015), não há um consenso entre investigadores sobre a qualificação do sistema do governo criado e instituído pela Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) em 1992. Silva (2009) sublinha que uns afirmam tratar-se de parlamentarismo racionalizado ou mitigado; outros preferem falar de semipresidencialismo. Nestes contornos, Araújo (2000) define o sistema de Governo cabo-verdiano como sendo essencialmente do tipo parlamentar. Para Évora, (2009: 70), o sistema de governo adotado desde a independência política é parlamentar. Por outro lado, Canotinho (2003) considera o sistema do governo como sendo misto parlamentar-presidencial; enquanto Fonseca (2004) entende-o como sendo um sistema de governo semipresidencialista fraco. Segundo Canas e Fonseca (2007) o sistema de governo instituído pela CRCV é um sistema semipresidencial inspirado no sistema constitucional do governo português do ano de 1976, e para Cardoso (2009), é simplesmente um sistema semipresidencialista.

Autores como Silva (2009) e Madeira (2015) entendem que o debate sobre como deve-se qualificar o governo nacional de Cabo Verde, não é somente de carácter científico, mas também político-partidário, uma vez que os partidos políticos também defendem posições dissemelhantes sobre a questão em análise. Nessa ótica, Silva (2009: 199-200) alega que de imediato o PAICV posicionou-se a favor do semipresidencialismo, por atribuir ao Presidente da República a função de garante da unidade nacional e da Constituição e, nestes parâmetros, o MPD viria a opor-se ao semipresidencialismo, defendendo o parlamentarismo racionalizado, rebatendo que o parlamentarismo deveria constituir o centro do sistema político, não sendo o Presidente detentor de funções governamentais. Contudo, Madeira (2015) assegura que independentemente do debate que se tem desenvolvido em torno do sistema político cabo-verdiano, pode-se afirmar cientificamente que trata-se de um sistema de governo semipresidencialista, tendo em conta os teóricos e a CRCV do ano de 1999.

Além deste capítulo dedicar-se à apresentação da democratização e do sistema político em Cabo Verde, no mesmo tenciona-se cumprir o objetivo de identificação das eleições de primeira ordem por um lado,

das eleições de segunda ordem por outro, no país. Não existem dúvidas de que as eleições autárquicas são eleições de segunda ordem, e que as legislativas, cujos resultados levam à formação do governo, de primeira ordem. Quanto às presidenciais, a resposta pode depender dos poderes do presidente no regime presidencial (Fortes e Magalhães, 2005). Para o cumprimento do objetivo acima mencionado, deve-se levar em conta os poderes que são conferidos ao mais Alto Magistrado da Nação cabo-verdiana (o Presidente da República).

Com base no artigo 109.º da CRCV, o Presidente da República é eleito por sufrágio universal, direto e secreto, pelos cidadãos eleitores recenseados no território e no estrangeiro, nos termos da lei. O Presidente da República é eleito por um período de cinco anos, que se inicia com a tomada de posse e termina com a posse do novo Presidente eleito (CRCV, 2010). Ao que tange as competências conferidas ao Presidente da República mais relevantes para o presente estudo, o artigo 135.º, da CRCV estabelece que compete ao Presidente da República: exercer as funções de Comandante Supremo das Forças Armadas; presidir o Conselho da República; presidir o Conselho Superior de Defesa Nacional; presidir o Conselho Superior das Ordens Honoríficas; nomear o Primeiro-Ministro, ouvidas as forças políticas com assento na Assembleia Nacional e tendo em conta os resultados das eleições; indultar e comutar penas, ouvido o Governo; dissolver a Assembleia Nacional, observado o disposto e ouvidos os partidos políticos que nela tenham assentos (CRCV, 2010).

Constata-se assim que os poderes conferidos ao Presidente da República não lhe permitem tomar decisões em larga escala e de forma autónoma, uma vez que determinadas decisões devem-se prosseguir somente com o consentimento das forças políticas com assentos na Assembleia Nacional e, em alguns casos, tendo em conta os resultados das eleições nacionais. Assim, Fonseca (2007) aponta como algumas limitações do Presidente da República de Cabo Verde, no exercício das suas funções, a natureza limitada do poder presidencial de dissolução da Assembleia Nacional, posto que só será dissolvida quando na mesma legislatura se rejeitarem duas moções de confiança ao Governo e, por outro lado o carácter muito circunscrito do poder de demitir o Governo, só podendo exercer-lo unicamente no caso de aprovação de uma moção de censura pela Assembleia Nacional, ouvido os partidos com representações na Assembleia Nacional e o Conselho da República.

Depreende-se que os poderes conferidos ao Presidente da República de Cabo Verde e o carácter um tanto limitado dos mesmos para o exercício das suas funções fazem com que possamos entender as eleições presidenciais cabo-verdianas como sendo de segunda ordem. As eleições presidenciais em regimes semipresidencialistas são fortes candidatas a serem tratadas como eleições de segunda ordem (Eijk, Franklin e Marsh, 1996; Fortes e Magalhães, 2005). Sabendo-se que a teoria das eleições de segunda ordem elaborada por Reif e Schmitt (1980) sustenta que nestes tipos de eleições prevalece a ideia de estarem menos coisas em jogo, uma vez que não está em causa a formação do governo, tal é

efetivamente o caso nas eleições presidenciais nos sistemas semipresidencialistas, onde o poder presidencial é limitado e o presidente não governa (Fortes e Magalhães, 2005). Contudo, vale a pena salientar que numa comparação do poder dos presidentes popularmente eleitos em sistemas semipresidenciais, os mesmos autores afirmam que os poderes conferidos ao Presidente da República de Cabo Verde são mais fortes do que os poderes conferidos ao Presidente da República de Portugal após o ano de 1982 (Fortes e Magalhães, 2005), embora não sejam tão amplos como os do presidente francês, são-tomense ou peruano (nos anos 80).

Posto isto, no presente trabalho entende-se Cabo Verde como um exemplo de semipresidencialismo, cujas eleições presidenciais são de segunda ordem. São ainda entendidas como eleições de segunda ordem as eleições autárquicas (o Artigo 230.º da CRCV, alínea 1, entende que a organização do Estado compreende a existência de autarquias locais). Por outro lado, deve-se entender as eleições legislativas, em que se elegem os deputados à Assembleia Nacional (órgão que representa todos os cidadãos nacionais), como sendo eleições de primeira ordem, na medida em que os resultados provenientes das mesmas têm consequências diretas na distribuição de cargos políticos a nível nacional e, por conseguinte, no aparelho governamental.

2.1. Breve revisão dos estudos sobre o sistema político e o comportamento eleitoral em Cabo Verde

Existem poucos estudos sobre o sistema político e eleitoral cabo-verdiano, tal como sobre o comportamento eleitoral no país. Entre estudos académicos e trabalhos de investigadores políticos, para o presente trabalho são de destacar o trabalho de Roselma Évora, publicado no ano de 2001, no qual a autora se debruçou sobre o processo de abertura política em Cabo Verde e a transição do regime autoritário de partido único para o democrático. Neste trabalho, faz uma abordagem sobre o processo que levou à independência política, focando nas razões que condicionaram a independência do país, que acarretou um regime autoritário, e apresenta o processo de abertura política e a transição do regime monopartidário para o multipartidarismo. Edalina Sanches (2010), por seu turno, estudou o sistema de partido cabo-verdiano desde a transição para a democracia, no ano de 1991, observando que existe uma crescente consolidação da dimensão bipartidária no sistema de partidos, traduzindo num dos aspetos centrais no processo de institucionalização do sistema partidário no país. Ainda, Vlademir Furtado (2015), apresenta um texto que procura examinar o processo de consolidação democrática em Cabo Verde desde o ponto de vista da cultura política, isto é, das atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação à democracia, bem como da relação da dimensão poliárquica com a dimensão societal tendo como filtro a soberania popular e o seu exercício. O autor entende que a democracia em Cabo Verde se afigura como um fato irreversível e, que os cidadãos não estão dispostos a dispensá-la enquanto forma

de organização social e de interação social. Por fim, Roselma Évora, na sua tese de doutoramento, publicada em 2009, fez uma análise do poder legislativo no regime democrático em Cabo Verde, cujo objetivo era de analisar as mudanças que a democracia acarretou no novo figurino constitucional e o seu reflexo no processo decisório relativamente ao funcionamento do legislativo. A autora destaca o facto de apesar de, aparentemente, as regras do regime democrático parecerem estar consolidadas e de existir um forte suporte popular ao novo regime político, ambigualmente existe uma avaliação negativa por parte do público da instituição representativa e da dimensão dos aspetos da democracia representativa (2009).

Os estudos sobre comportamento eleitoral são menos numerosos. Em seguida, resumem-se os únicos cinco trabalhos que foram encontrados durante a revisão de literatura. Ailine Pires, na sua dissertação de licenciatura (2016), analisa o ambiente político e social que antecede as eleições gerais de 2016 em Cabo Verde, bem como tenta conceber as perspetivas dos eleitores residentes na ilha de São Vicente sobre os potenciais candidatos às eleições legislativas, presidenciais e autárquicas. No mesmo contexto, Dóriane Évora (2016), faz uma análise sobre as descidas nos níveis de participação eleitoral, mais propriamente nas ilhas de Santo Antão e São Vicente, tendo concluído que apesar de os eleitores não terem um grande interesse pelos assuntos intrinsecamente ligados à política, isso não constitui um empecilho para o ato do exercício dos seus direitos de voto. Entende que o fator sociodemográfico é um dos fatores que contribuam para a abstenção eleitoral, tendo em conta o meio geográfico, principalmente na ilha de Santo Antão. Dois anos antes, em 2014, Carvalho e Veiga publicaram um artigo dedicado aos territórios eleitorais dos partidos na ilha de Santiago, com o objetivo de examinar o papel da geografia eleitorais e as diferenças de voto por pares de eleições. Em 2015, os mesmos autores publicaram um artigo sobre a evolução da votação na 2.^a República em Cabo Verde entre os anos de 1991 e 2011, entendendo que o contexto geográfico constitui um dos fatores condicionantes na distribuição dos votos dos partidos.

O único trabalho com uma ligação direta ao que aqui se reporta foi publicado há 12 anos por uma equipa de investigadores ibéricos. Fortes e Magalhães (2005) testaram o modelo das eleições de segunda-ordem em Cabo Verde, embora tenham apenas analisado as eleições presidenciais e aquelas que decorreram até o ano de 2001. Os autores afirmam que Cabo Verde faz parte dos sistemas semipresidenciais em que a participação eleitoral nas eleições presidenciais está em conformidade com as previsões do modelo de segunda ordem (Fortes e Magalhães, 2005).

CAPÍTULO III: OBJECTIVOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA

Os vários estudos existentes sobre o sistema político instituído em Cabo Verde, resumidos no capítulo anterior, dão-nos a conhecer de forma geral a história da política cabo-verdiana. No entanto, entre as investigações abordadas notou-se uma lacuna ao que concerne aos estudos sobre o comportamento eleitoral em Cabo Verde, e o interesse em expandir e atualizar o trabalho de Fortes e Magalhães (2005) sobre este país, que se deve na sua essência à importância que a teoria das eleições de segunda ordem vem tendo ao longo dos últimos anos. A presente investigação pretende suprimir essa lacuna, desenvolvendo uma abordagem inovadora que integre a pertinência dos estudos sobre o comportamento e a participação eleitoral dos cidadãos cabo-verdianos nestes tipos de eleições. A presente investigação tem por objetivo perceber se existem diferenças na participação e nas escolhas eleitorais dos cidadãos cabo-verdianos em eleições de primeira e de segunda ordem, e se essas diferenças são congruentes com a teoria de Reif e Schmitt (1980).

Sendo Cabo Verde um país com uma experiência democrática relativamente recente, o estudo sobre as eleições de segunda ordem poderá contribuir para futuras análises de âmbito político-eleitoral no país e em outras realidades democráticas no continente africano, em particular nos PALOP. Ainda, almeja-se lançar pistas para futuras investigações sobre um assunto que continua por estudar e, cujos contornos parecem fundamentais para todo o processo de compreensão das diferenças na participação e de comportamento eleitoral nos diferentes tipos de eleições em Cabo Verde.

A pertinência social e científica do presente estudo, será apresentada em seguida, com base em alguns pontos de fundamental importância para a história da política cabo-verdiana. Para além de Cabo Verde ser um país jovem democraticamente, já existem reflexões políticas sobre as possibilidades de haver uma consolidação política no país (Évora, 2001; Furtado, 2017). Nestes parâmetros, é pertinente salientar que desde a abertura política no ano de 1990 e as primeiras eleições livres no ano de 1991, tem-se salvaguardado o respeito pelos princípios defendidos pelo regime democrático no país. Ou seja, no regime cabo-verdiano há garantias de competitividade pelo poder, e existe a possibilidade de alternância de poderes políticos (Évora, 2001). Cabo Verde tem vindo a ser destacado pela comunidade internacional e pela literatura (Ames, 2007; Évora, 2009) como sendo um caso excepcional e um paradigma de democracia no contexto político africano.

Além disso, a teoria das eleições de segunda ordem visa sublinhar a relação cíclica e sistemática entre os resultados da eleição mais importante dentro de um sistema político, denominada de primeira ordem, e os resultados de todos os outros tipos de eleições, de segunda ordem (Reif: 1997: 116). Sendo Cabo Verde uma democracia jovem e consolidada, as diferenças nos níveis de participação nas eleições de

primeira e de segunda ordem podem ser entendidas como um exemplo de maturidade democrática por parte dos cidadãos eleitores cabo-verdianos.

O período temporal desta investigação vai desde 1991 - ano em que foram realizadas as primeiras eleições livres, após a abertura política em Cabo Verde - até o ano de 2016, ano em que foram realizadas as eleições mais recentes. Para atingir o objetivo optou-se pelo método quantitativo, nomeadamente a comparação de dados oficiais agregados de todas as eleições democráticas no país. Para a análise em causa, são utilizados os dados oficiais de todas as eleições de primeira ordem (eleições legislativas) e de segunda ordem (eleições presidenciais e autárquicas) em Cabo Verde, publicados nos boletins oficiais do Estado. Parte da pesquisa dos dados foi efetuada no site oficial da CNE - Comissão Nacional de Eleições de Cabo Verde, e uma outra parte foi recolhido diretamente na instituição referida (Anexo I). Utilizamos a presente metodologia para que o trabalho de investigação aqui delineada alcance uma maior rigorosidade científica, consentindo uma leitura mais profícua sobre a questão das eleições em Cabo Verde e a teoria das eleições de segunda ordem.

A partir da teoria das eleições de segunda ordem (Reif e Schmitt, 1980), formulamos quatro hipóteses que orientam a análise dos dados agregados. São elas:

Hipótese 1. Espera-se um menor nível de participação nas eleições de segunda ordem em Cabo Verde, quando comparadas com as eleições de primeira ordem.

Hipótese 2. Assume-se uma maior probabilidade dos partidos mais pequenos em Cabo Verde conseguirem melhores resultados nas eleições de segunda ordem, comparativamente com os resultados nas eleições de primeira ordem.

Hipótese 3. Haverá um maior número de boletins brancos e nulos nas eleições de segunda ordem em Cabo Verde, por comparação com as eleições de primeira ordem.

Hipótese 4. Nas eleições de segunda ordem, há uma maior penalização dos partidos no governo, que recebem menos votos que nas eleições em que foram eleitos.

A medição dos conceitos nas hipóteses, ou a operacionalização dos mesmos, encontra-se no Quadro 1.

QUADRO 1 – VARIÁVEIS DEPENDENTES E VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Hipóteses	Variável Dependente	Variável Independente
1º Hipótese	Taxa de Participação Eleitoral	Tipo de Eleição
2º Hipótese	Resultados Eleitorais (% dos Votos)	Tipo de Eleição
3º Hipótese	Boletins sem expressão de preferências (% de votos nulos e brancos)	Tipo de Eleição
4º Hipótese	Resultados Eleitorais (% de votos)	Tipo de Eleição

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO IV: RESULTADOS: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, LEGISLATIVAS E AUTÁRQUICAS EM CABO VERDE (1991-2016)

4.1. Eleições em Cabo Verde (1991-2016): Panorama

O Quadro 2 apresenta todas as eleições legislativas realizadas em Cabo Verde, desde a abertura política no ano de 1991 até as últimas eleições (2016). Durante este período foram realizadas um total de seis eleições legislativas, nas quais somente os dois partidos de maior expressão no país, o MPD e o PAICV, conseguiram chegar ao governo, sendo que dividiram os mandatos e a direção do Estado de Cabo Verde em períodos de igual duração, tendo o PAICV a oportunidade de governar por três mandatos, entre 2001 e 2016, e o MPD conseguiu governar o país entre 1991 e 2001, bem como a partir de 2016. De entre os partidos políticos mais pequenos que já tomaram parte nestas eleições, a UCID (União Caboverdiana Independente e Democrata) conseguiu eleger e manter até hoje deputados na Assembleia Nacional. Na lista dos restantes, que não conseguiram eleger nenhum deputado à Assembleia Nacional, constam os seguintes: PCD (Partido da Convergência Democrática), PSD (Partido Social Democrático), ADM (Aliança Democrática para a Mudança), PRD (Partido da Renovação Democrática), PTS (Partido do Trabalho e da Solidariedade) e PP (Partido Popular). Há uma descida na participação eleitoral durante a década passada em relação aos anos 90, mas nas duas últimas eleições legislativas nota-se uma menor taxa de abstenção.

QUADRO 2 – ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM CABO VERDE (1991-2016)

Eleições Legislativas em Cabo Verde (1991-2016)									
Ano de eleição	Partido no Governo	Taxa de Participação (%)	Votos Brancos e Nulos	Votação (%)					
1991	PAICV	75,27	5,93	MPD			PAICV		
				62,48			31,60		
1995	MPD	76,52	3,27	MPD	PAICV	UCID	PCD	PSD	
				61,30	29,75	1,56	6,75	0,68	
2001	MPD	54,53	1,83	MPD	PAICV	ADM	PRD	PSD	
				39,19	47,84	5,91	3,26	0,44	
2006	PAICV	54,17	1,44	PAICV	MPD	UCID	PRD	PSD	
				52,30	44,02	2,64	0,64	0,39	
2011	PAICV	76,01	1,32	PAICV	MPD	UCID	PSD	PTS	
				51,98	41,72	4,34	0,19	0,46	
2016	PAICV	65,97	1,65	MPD	PAICV	UCID	PP	PSD	PTS
				53,58	37,53	6,75	0,34	0,10	0,05

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CNE.

Por sua vez, o Quadro 3 apresenta todas as eleições presidenciais realizadas em Cabo Verde, desde 1991 até 2016. Durante este período, foram realizadas seis eleições presidenciais, tendo conseguido eleger um Presidente da República somente os dois maiores partidos no país, o MPD e o PAICV. Dois mandatos foram obtidos pelo candidato do PAICV, Pedro Pires, nos anos de 2001 e 2006, e quatro mandatos foram exercidos pelos candidatos do MPD eleitos nos anos de 1991, 1996 (António Mascarenhas Monteiro em ambos), 2011 e 2016 (Jorge Carlos Fonseca em ambos). O atual Presidente da República de Cabo Verde teve, assim, o apoio eleitoral do MPD, partido incumbente. As presidenciais contaram com a participação de candidatos independentes nos anos de 2001 (Jorge Carlos Fonseca e David Hopffer Almada), 2011 (Aristides Lima e Joaquim Monteiro) e 2016 (Albertino Graça e Joaquim Monteiro), conquanto não conseguiram resultados que lhes possibilitassem ir a um segundo sufrágio. Nota-se uma tendência de diminuição progressiva nos níveis de participação nas presidenciais. Para cada ciclo eleitoral, a distância em termos de tempo entre estas eleições por comparação às eleições legislativas anteriores varia entre 1 e 7 meses.

QUADRO 3 – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM CABO VERDE (1991-2016)

Eleições Presidenciais em Cabo Verde (1991-2016)							
Ano de Eleição	Partido no Governo	Taxa de Participação (%)	Votos Brancos e Nulos (%)	Votação (%)			
1991	MPD	61,38	1,79	A. Pereira		A.M. Monteiro	
				26,1		72,1	
1996	MPD	43,53	2,09	António Mascarenhas Monteiro			
				SIM	90,13	NÃO	7,78
2001	PAICV	51,68	1,49	Primeira Volta			
				J.C.F	D.H.A	C.V	P.P
		3,82		3,71	45,15	45,84	
		58,96	1,16	Segunda Volta			
Carlos Veiga				Pedro Pires			
2006	PAICV	53,10	0,62	Carlos Veiga		Pedro Pires	
				49,02		50,98	
2011	PAICV	53,50	1,13	Primeira Volta			
				A.L	J.M	J.C.F	M.I
		27,71		1,84	37,79	32,65	
		59,87	0,74	Segunda Volta			
J.C. Fonseca				M. Inocêncio			
54,26		45,74					
2016	MPD	35,47	0,71	A.E.G		J.J.M	
				22,51		3,41	J.C.F
						74,09	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CNE.

Por fim, o Quadro 4 apresenta todas as eleições autárquicas realizadas em Cabo Verde entre 1991 e 2016. Durante este período, foram realizadas sete eleições autárquicas. Semelhante aos outros tipos de eleições, nota-se a prevalência dos dois maiores partidos, tendo o MPD conseguido os melhores resultados nos anos de 1991, 1996, 2004, 2008, 2012 e 2016, e tendo o PAICV conseguido ganhar somente nas autárquicas de 2000. Entretanto, desde o ano de 1991, vários partidos pequenos e grupos independentes tomaram partes nestas eleições.

Nas primeiras eleições autárquicas (1991), entre partidos pequenos e grupos independentes, participaram um total de quinze, tendo todos conseguidos percentuais de votos inferiores a 5%, com a exceção do MPRSV que conseguiu obter 5,96%. Nas autárquicas de 1996, entre partidos pequenos e grupos independentes houve a participação de nove, todos com percentuais inferiores aos 4%, com a exceção do MPRSV com 10,49%, ultrapassando os resultados conseguidos pelo PAICV (7,42%, nestas eleições). Nas autárquicas de 2000, entre partidos pequenos e grupos independentes, participaram um total de treze partidos, tendo o PCD conseguido 6,64% e a ATS (Acção para o Trabalho e para a Solidariedade) 6,97%, os demais partidos e grupos não ultrapassaram os 5%. Ainda, nas autárquicas de 2004, entre partidos pequenos e grupos independentes, participaram nove, sendo que nenhum conseguiu chegar aos 5%. Nas autárquicas de 2008, cinco partidos pequenos e grupos independentes tomaram parte nestas eleições e nenhum conseguiu chegar aos 4%. Em 2012, foram nove os partidos pequenos e grupos independentes que fizeram-se presentes nestas eleições, conquanto nenhum conseguiu chegar aos 5%. Por fim, nas autárquicas de 2016, entre partidos pequenos e grupos independentes, nove tomaram parte nestas eleições, tendo somente a UCID (5,10%), conseguido chegar aos 5%. Convém salientar que as distâncias em meses que decorreram entre estas eleições e as eleições legislativas anteriores variam de 1 mês a 3 anos. A participação neste tipo de eleição costuma ser entre os 55% e 60%, mas nas eleições de 2008 e 2012, a participação foi mais alta.

QUADRO 4 – ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS EM CABO VERDE (1991-2016)

Eleições Autárquicas em Cabo Verde (1991-2016)																					
Ano de Eleição	Partido no Governo	Taxa de Participação (%)	Votos Brancos e Nulos (%)	Votação (%)																	
				MPD	GIDPN	CINSN	PRO-S	FDIS	PAICV	GINCP	PROJ O	MPRS V	GALIS	PFD	MACIF	NETA	UD D	PRO S	GIDSP	GAPDM	
1991	MPD	55,28	7,99	MPD	GIDPN	CINSN	PRO-S	FDIS	PAICV	GINCP	PROJ O	MPRS V	GALIS	PFD	MACIF	NETA	UD D	PRO S	GIDSP	GAPDM	
				42,12	3,97	2,19	1,18	2,06	18,79	0,21	0,47	5,96	2,1	4,16	0,51	1,86	1,04	1,13	1,29	0,96	
1996	MPD	-	4,05	MPD	PAICV	GIDSP		PCD		MDPN		MUPAD	MPM	MPRS V	PAF		MPCBV		GDR		
				38,39	7,42	1,57		0,27		1,24		1,05	0,04	10,49	0		0,05		3,82		
2000	MPD	60,3	6,11	MPD	PAICV	PCD	UCID	PRF	ATS	MAIS V	GIDR	APN	GIDP	JPSN	JIDSC	GSTDT		GUDT		MUPD	
				32,04	33,8	6,64	0,93	0,59	6,97	4,07	4,32	0,33	1,25	2,22	0,27	0,22		0,17		0,34	
2004	PAICV	57,53	4,42	PAICV	MPD	PCD/PP		UCID		PTS		MMSV	GDRG	GIMDS	GID-SD		NUBAI		MDM		
				40,47	40,75	2,01		2,72		1,73		0,82	4	2,01	0,94		0,11		0,02		
2008	PAICV	80,55	2,72	ASV		GIGA	GIMS		GIST		MPD		PAICV		PAICV		UCID		UNISC		
				0,45		1,08	3,31		0,35		45,69		43		3,46						
2012	PAICV	69,04	2,44	FV.B V	GIASF	GIMCS	GIUDS	GUD/SM		MPD	PAICV		PTS	RRSC		UCID		UNISC			
				0,18	1,63	2,51	1,3	0,12		46,44	40,64		0,36	0,23		4		0,16			
2016	MPD	58,19	2,67	MPD	PAICV	UCID	GIRB	PSD		BASTA		OIAM	PP	PTS		GPAIS		AMI			
				53,43	34,86	5,1	0,7	0,02		1,36	0,77		0,19	0,05		1,02		0,03			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CNE.

4.2. Teste das Hipóteses

4.2.1. Teste das Hipóteses através da análise de ciclos eleitorais

Com o fito de ter resultados mais profícuos, no presente ponto dedicamo-nos ao teste das hipóteses em duas fases. Primeiramente começamos por testar as hipóteses através de ciclos eleitorais, analisando as eleições legislativas e as autárquicas e presidenciais que lhes seguiram e, num segundo momento, analisamos as hipóteses olhando para o período democrático em Cabo Verde como um todo.

O primeiro ciclo eleitoral remete ao ano de 1991, ano em que decorreram todas as primeiras eleições livres no país; o segundo ciclo eleitoral corresponde aos anos de 1995, 1996 e 2000, dado ao fato de cada ano apresentado ter acolhido um tipo de eleição, com a exceção das autárquicas que tomaram lugar nos dois últimos anos apresentados; o terceiro ciclo eleitoral situa-se entre 2001 e 2004, uma vez que as eleições presidenciais e legislativas foram realizadas no ano de 2001 e as autárquicas as sucederam somente em 2004. O quarto ciclo eleitoral corresponde aos anos de 2006 a 2008, tendo as eleições presidenciais e legislativas sido realizadas no ano de 2006 e as autárquicas logo no ano de 2008; o quinto ciclo eleitoral situa-se entre 2011 e 2012, em que as eleições presidenciais e legislativas foram realizadas no primeiro ano e as eleições autárquicas foram realizadas no ano seguinte. Por fim o sexto ciclo eleitoral corresponde ao ano de 2016, tendo em conta que neste ano foram realizadas três eleições em Cabo Verde. Todos os dados descritos foram apresentados nos Quadros 1 a 3.

4.2.1.1. Ciclo eleitoral de 1991

Nas primeiras eleições legislativas realizadas em Cabo Verde após a abertura política, no dia 13 de Janeiro de 1991, a taxa de participação foi de 75,27% e a soma de votos em branco e nulos foi de 5,93%. Estas eleições contaram com a participação dos dois maiores partidos no país, tendo o MPD, partido da oposição, conseguido um total de 62,48% dos votos, enquanto o PAICV, partido no governo, obteve 31,60%, resultados estes que proporcionaram a alternância do poder político no país.

Por outro lado, as eleições presidenciais, realizadas no dia 17 de Fevereiro de 1991 (apenas um mês após as legislativas) foram marcadas pela participação de dois candidatos apoiados pelos dois maiores partidos no país, tendo Aristides Pereira (candidatado com o apoio do PAICV) conseguindo nestas eleições 26,1% dos votos, enquanto António Mascarenhas Monteiro (apoiado pelo MPD) obteve 72,1%. Os dados apontam para uma taxa de participação eleitoral de 61,38%, e um total de votos brancos e nulos de 1,79%.

Por sua vez, as eleições autárquicas decorridas no dia 18 de Dezembro de 1991 contaram com a participação de dezassete partidos políticos, tendo o MPD conseguido um total de 42,12% dos votos e o PAICV 18,79%. Os restantes 39,09% foram divididos entre os quinze partidos mais pequenos (ver Quadro 4). Nas mesmas eleições, houve uma taxa de participação eleitoral de 55,28%, e uma soma de votos brancos e nulos de 7,99%.

Os dados apresentados confirmam a primeira hipótese no ciclo eleitoral de 1991, uma vez que os resultados apontam para uma taxa de participação maior nas eleições legislativas comparativamente às eleições presidenciais e autárquicas. A diferença da afluência às urnas nas legislativas face às presidenciais é de 13,89% e, no caso das eleições autárquicas, a diferença ronda os vinte pontos percentuais.

Para o presente ciclo eleitoral, não se pode testar a segunda hipótese, dado a facto de não existirem partidos pequenos a concorrer nas eleições de primeira ordem no ano de 1991.

A comparação entre as percentagens de boletins inválidos e em branco nas eleições legislativas e presidenciais não fazem confirmar a hipótese três, na medida em que os dados apontam para percentagens maiores nas legislativas; por outro lado a mesma hipótese é confirmada quanto às eleições autárquicas, que apresentam uma taxa de boletins em branco e inválidos superior à das eleições legislativas.

Quanto à hipótese quatro, esta confirma-se parcialmente, apenas nas autárquicas. Tendo o MPD conseguido obter a maioria nas eleições legislativas de 1991, nas eleições presidenciais decorridas no mesmo ano o candidato apoiado pelo mesmo partido venceu estas eleições com a maioria absoluta. Registou-se até um diferencial de 10,8% nos resultados eleitorais do MPD favorável às presidenciais. Devemos ter em conta o curto período de tempo (1 mês e 4 dias), que separou as eleições legislativas (em que o MPD conseguiu alcançar a vitória) das eleições presidenciais, pelo que o partido, poderia estar ainda na fase de lua-de-mel em termos do modo como os eleitores o perspectivam. Fortes e Magalhães (2005) relembram que a teoria das eleições da segunda ordem cria a expectativa de que o partido no governo seja punido “sobretudo, quando as eleições se realizam na altura do ciclo eleitoral em que a popularidade do governo está mais baixa, ou seja, a meio do mandato” (p. 892). Para além disso, o PAICV pode ter sido penalizado por ter sido o partido incumbente durante toda a década de 1980. Este efeito de incumbência não-democrática também poderá ter tido lugar, em certa medida, nas autárquicas de Dezembro de 1991, visto que o partido no governo conseguiu obter os melhores resultados, não dando hipóteses aos partidos da oposição. No entanto, os dados apontam para uma queda de 20,36% na votação do partido incumbente nas eleições autárquicas de 1991, comparativamente aos

seus resultados nas eleições legislativas do mesmo ano, o que faz com que se possa confirmar parcialmente a hipótese.

4.2.1.2. Ciclo eleitoral de 1995/1996/2000

As eleições legislativas de 17 de Dezembro de 1995 foram as que tiveram a maior taxa de participação de todos os tempos: 76,52%. Registou-se uma taxa de 3,27% de votos em branco e nulos. Nestas eleições nota-se um aumento a nível de partidos políticos em competição, pois participaram nelas cinco partidos políticos, ao contrário do que aconteceu nas primeiras eleições legislativas realizadas no país. Quanto aos resultados conseguidos pelos partidos políticos, o MPD conseguiu obter 61,30%, fazendo com que garantisse o governo de Cabo Verde por mais um mandato. O PAICV obteve 29,75%, continuando como principal partido na oposição, e, quanto aos partidos mais pequenos, o PCD recebeu 6,75%, a UCID 1,56% e o PSD 0,68% dos votos.

As eleições presidenciais que decorreram dois meses depois, no dia 18 de Fevereiro de 1996, foram marcadas por uma afluência mais fraca, tendo os dados apontado para uma taxa de participação de 43,53%. A taxa de votos em branco e nulos foi de 2,09%. Estas eleições contaram com a participação de um único candidato, apoiado pelo MPD - o presidente António Mascarenhas Monteiro. Não havendo candidatos concorrentes, o modelo de votação era “SIM” para os eleitores a favor (opção escolhida por 90,13% dos eleitores) e “NÃO” para os eleitores contra, que foram apenas 7,78%. Tendo em conta os resultados, o candidato foi reeleito para um segundo mandato. Comparando os resultados obtidos pelo MPD, nas legislativas de 1995 e os resultados obtidos pelo candidato único nas presidenciais de 1996, que contou com o apoio do mesmo partido, deve-se afirmar que houve um aumento dos resultados para o candidato apoiado pelo partido no governo na ordem das três dezenas de pontos percentuais. Ou seja, o candidato obteve resultados muito melhores nas presidenciais do que o MPD nas legislativas de 1995.

Tendo apresentado os resultados apurados nas legislativas de 1995, cabe compará-los tanto com os resultados das eleições autárquicas de 21 de Janeiro de 1996 (um mês após as eleições de primeira ordem), como as autárquicas de 20 de Fevereiro de 2000, já no fim do mandato governativo e apenas onze meses antes das legislativas de 2001. Os documentos oficiais utilizados para a recolha dos dados para o presente trabalho não apresentavam a taxa de participação eleitoral para as autárquicas de 1996, mas apresentaram uma taxa de boletins inválidos e em branco de 4,05%. Tomaram parte nestas eleições um total de onze partidos políticos, entre os quais o MPD liderou os resultados, conseguindo obter 38,39% dos votos, e o PAICV 7,42%. Quanto aos outros partidos, é de destacar o facto de o MPRSV ter alcançado 10,49%, percentual superior ao conseguido pelo PAICV nestas eleições. Por sua vez, nas eleições autárquicas do ano 2000, os dados apontam para uma taxa de 60,30% no nível de participação eleitoral e uma taxa de boletins em branco e nulos de 6,11%. Estas eleições contaram com a participação

de quinze partidos políticos, sendo que o MPD desta vez perdeu-as, conseguindo 32,04%, para o PAICV, que obteve 33,80%. Quanto aos partidos mais pequenos, os resultados foram pouco expressivos, tendo o PCD 6,64% e a ATS 6,97%; os restantes partidos obtiveram resultados inferiores a 5%.

Para o ciclo eleitoral de 1995, 1996 e 2000, é confirmada a primeira hipótese, na medida em que a taxa de participação eleitoral apurada nas eleições de primeira ordem é superior à das eleições de segunda ordem. Com base nos dados apresentados, salienta-se que a diferença na taxa de participação entre as legislativas e as presidenciais ronda em torno de 33%. Comparando as autárquicas de 2000 com as eleições legislativas do ano de 1995, nota-se uma diferença de 16,22% na taxa de participação eleitoral, favorecendo as legislativas.

Tendo em conta os resultados conseguidos pelos partidos nas eleições de primeira e de segunda ordem, entende-se que a segunda hipótese é de teste difícil, devido aos seguintes motivos: primeiramente, porque entre os partidos políticos que participaram nas eleições de primeira ordem, somente quatro partidos políticos (MPD, PAICV, UCID e PCD), participaram nas eleições autárquicas. O PAICV conseguiu obter melhores resultados nas eleições autárquicas de 2000 do que nas legislativas de 1995, mas é pertinente esclarecer que o presente trabalho não entende o PAICV como sendo um partido pequeno. Por outro lado, o PCD obteve resultados menores nas eleições autárquicas de 1996 e 2000 do que nas legislativas de 1995. Quanto à UCID, não tomou parte nas eleições autárquicas de 1996, e nas autárquicas de 2000 obteve resultados menores comparativamente aos obtidos nas legislativas de 1995. Entretanto, comparando a soma dos resultados obtidos pelos partidos pequenos como um todo nas eleições de primeira ordem (8,99%) com a soma dos resultados obtidos pelos partidos nas eleições autárquicas de 1996 (18,53%) e nas de 2000 (28,32%), deve-se afirmar que nestas os partidos pequenos obtiveram melhores resultados do que nas legislativas de 1995. Assim, a hipótese é confirmada se olharmos para os partidos pequenos como um todo. Por outro lado, referente às presidenciais, a segunda hipótese não pode ser testada, uma vez que em 1996 houve um único candidato, apoiado pelo partido no governo.

Confirma-se parcialmente a terceira hipótese, uma vez que os dados apontam para taxas de boletins inválidos e em branco maiores tanto para as autárquicas de 1996, com para as de 2000, quando comparadas com as eleições legislativas de 1995; porém, as eleições presidenciais de 1996 apresentam taxas de boletins em branco e nulos inferiores às das legislativas.

Quanto à quarta hipótese, deve-se salientar que para o presente ciclo eleitoral esta não pode ser testada de forma válida nas eleições presidenciais de 1996, dado que somente tomou parte nestas eleições o candidato António Mascarenhas Monteiro, que contou com o apoio do incumbente MPD. Salienta-se que há uma notável vantagem na percentagem de votos conseguidos pelo partido incumbente nas

eleições legislativas, comparativamente às eleições autárquicas de 1996 e 2000. Nas primeiras, contudo, o MPD obteve melhores resultados que os demais partidos. Apesar disso, consideramos haver punição. Os dados confirmam sem sombra de dúvida a quarta hipótese para as autárquicas de 2000, uma vez que o MPD não só obteve uma percentagem inferior à das legislativas, mas perdeu as autárquicas a favor do PAICV.

4.2.1.3. Ciclo eleitoral de 2001/2004

Nas legislativas de 14 de Janeiro de 2001, os resultados eleitorais proporcionaram a alternância do poder político executivo. Tendo alcançado uma taxa de participação de 54,53%, e uma percentagem de votos em branco e nulos de 1,83%, estas eleições contaram com a participação de cinco partidos políticos. Entre estes, o MPD, que já havia conseguido o apuramento nas eleições legislativas por dois mandatos seguidos, conseguiu 39,19% dos votos, sendo que o PAICV, que vinha sendo o principal partido da oposição durante os dois mandatos anteriores, contou com 47,84% dos votos, fazendo com que ganhasse o direito de governar o país. Ainda, estas eleições contaram com as participações da ADM com 5,91% dos votos, PRD (que conseguiu 3,26%) e PSD (que ficou no último lugar no *ranking* de partidos, tendo conseguido 0,44% dos votos).

Nas eleições presidenciais que decorreram cerca de um mês depois (25 de Fevereiro de 2001), a taxa de participação foi de 51,68%, e a percentagem de votos em branco e nulos de 1,49%. Participaram nestas eleições quatro candidatos, sendo que dois foram apoiados pelos dois maiores partidos políticos do país e dois eram candidatos independentes. Dos candidatos independentes, Jorge Carlos Fonseca obteve 3,82% e David Hopffer Almada 3,71% dos votos. Carlos Veiga, que contou com o apoio do MPD, conseguiu 45,15% dos votos, e Pedro Pires, apoiado pelo PAICV, 45,84%. Devido a esta pouca diferença de votos obtidos entre os dois candidatos apoiados pelos dois partidos, houve a necessidade de recorrer a um segundo sufrágio. Neste, pela primeira e única vez na história das eleições em Cabo Verde, as eleições presidenciais conseguiram ter uma taxa de participação maior (58,96%) do que a das eleições legislativas decorridas no mesmo ano. Estas presidenciais contaram com uma taxa de 1,16% de votos em branco e nulos. Participaram do segundo sufrágio os dois candidatos que conseguiram as maiores percentagens de votos nas primeiras eleições. Carlos Veiga recebeu 49,42% dos votos e Pedro Pires 49,43% dos votos, conseguindo assim o cargo de Mais Alto Magistrado da Nação - Presidente da República.

Quanto às eleições autárquicas, realizadas no dia 21 de Março de 2004, sensivelmente a meio do mandato do primeiro-ministro, os dados apontam para uma taxa de participação de 57,53% e uma percentagem de votos em branco e nulos de 4,42%. Estas eleições contaram com a participação de onze partidos políticos, tendo o MPD liderado o resultado ao obter 40,75% dos votos, seguido de perto pelo

PAICV com 40,47%, enquanto os partidos mais pequenos não conseguiram ultrapassar os 5% (ver resultado de todos os partidos no Quadro 4). Conquanto, nota-se uma queda de 7,37% na percentagem de votos conseguida pelo partido incumbente nas legislativas de 2001, face aos resultados conseguidos pelo mesmo partido nas autárquicas de 2004.

Para o presente ciclo eleitoral, confirma-se parcialmente a primeira hipótese, na medida em que os dados apontam para níveis de participação inferiores apenas na primeira volta das eleições presidenciais, quando comparada com as legislativas; porém, comparando os resultados obtidos no segundo sufrágio a hipótese não se confirma, sendo que estas eleições contaram com taxas de participação eleitoral superiores à obtida nas legislativas. Comparando as legislativas e as eleições autárquicas de 2004, os dados mostram ter havido diferenças nas taxas de participação eleitoral, tendo as eleições autárquicas conseguida uma vantagem de 3%.

De entre os partidos que tomaram parte nas eleições legislativas de 2001, somente o PAICV, que constituía o partido no governo, e o MPD, maior partido na oposição, tomaram parte nas autárquicas de 2004. Nem o PAICV nem o MPD são entendidos neste trabalho como sendo partidos pequenos. Conquanto, os partidos pequenos que estiveram presentes nas legislativas de 2001 conseguiram obter uma soma de 9,61% dos votos. Por outro lado, nas autárquicas de 2004, o total conseguido pelos partidos pequenos ronda os 14,36% dos votos e, nas presidenciais de 2001, os candidatos que participaram no primeiro sufrágio de forma independente conseguiram uma soma de 7,53% dos votos. Tendo em conta os cálculos apresentados acima, deve-se afirmar que a segunda hipótese é parcialmente confirmada. Isto é, confirma-se para as eleições autárquicas, tendo estas apresentado uma soma maior para a percentagem de preferências eleitorais recolhidas pelos partidos pequenos em comparação com os resultados obtidos pelos mesmos nas legislativas, mas já não se confirma ao comparar a soma dos resultados obtidos pelos candidatos independentes na primeira volta nas presidenciais de 2001, tendo estes obtidos percentuais inferiores aos resultados obtidos pelos partidos pequenos nas eleições legislativas do mesmo ciclo.

A terceira hipótese confirma-se no caso das autárquicas, uma vez que os dados apontam para percentagens de boletins em branco e inválidos maiores nestas últimas do que nas legislativas anteriores, mas não no caso das eleições presidenciais, sendo que estas apresentaram percentagens de invalidação e voto em branco inferiores às das legislativas.

Por fim, a quarta hipótese também é confirmada parcialmente. Para as presidenciais, a hipótese não se confirma, na medida em que, em ambas as voltas o incumbente PAICV obtém taxas de voto no seu candidato presidencial muito similares à votação que tinha tido nas legislativas; além disso, o candidato apoiado pelo partido incumbente obteve melhores resultados do que o apoiado pelo partido na oposição, fazendo com que fosse eleito Presidente. Por outro lado, a hipótese confirma-se para as autárquicas,

dado que a percentagem obtida pelo partido incumbente nestas eleições foi efetivamente mais baixa do que os resultados conseguidos nas legislativas anteriores, fazendo até com o partido perdesse as autárquicas a favor do MPD.

4.2.1.4. Ciclo eleitoral de 2006/2008

Nas eleições legislativas realizadas em 22 de Janeiro de 2006, houve uma taxa de participação de 54,17% e uma percentagem de votos em branco e nulos de 1,44%. Tomaram parte nestas eleições cinco partidos políticos, tendo o PAICV vencido as eleições com 52,30% dos votos e o maior partido da oposição (MPD) conseguido um total de 44,02%. A UCID conseguiu a terceira posição, com uma votação de 2,64%, enquanto os dois partidos mais pequenos, PRD e PSD, conseguiram 0,64% e 0,39% dos votos, respetivamente.

Comparando os resultados apresentado para as eleições legislativas com os obtidos nas eleições presidenciais ocorridos no dia 12 de Fevereiro de 2006, três semanas após as legislativas, notam-se ligeiras diferenças nos níveis de participação, uma vez que os dados apontam para uma afluência às urnas de 53,10% nas eleições presidenciais, menos 1,07% em relação às eleições legislativas. Participaram nestas eleições dois candidatos: Carlos Veiga, que contou com o apoio do MPD e conseguiu obter 49,02% dos votos, e Pedro Pires, que, apoiado pelo PAICV recolheu 50,98% das preferências. Salienta-se ainda que foi registada uma soma de 0,62% de votos em branco e nulos.

Nas eleições autárquicas de 18 de Maio de 2008, sensivelmente a metade do mandato governativo do PAICV, a participação foi de 80,55% e calculou-se uma soma de 2,72% de votos em branco e nulos. Nestas eleições, participaram sete partidos políticos, tendo o MPD liderado os resultados com 45,69% dos votos, ficando em segundo lugar o partido no governo (PAICV) com 43,00% dos votos e de seguida os partidos mais pequenos, entre os quais se destaca a UCID, que conseguiu 3,46% (ver resultados de todos os partidos no Quadro 4).

Para o presente ciclo eleitoral, confirma-se a primeira hipótese quando se compara a taxa de participação nas eleições legislativas com a das eleições presidenciais, visto que vemos que esta é ligeiramente maior nas eleições legislativas. Quanto à comparação com a taxa de participação nas eleições autárquicas de 2008, a hipótese não se confirma, uma vez que esta foi maior nas eleições autárquicas: 26,38% pontos percentuais a mais comparativamente às eleições legislativas.

De entre os partidos políticos mais pequenos, foi unicamente a UCID que participou nas eleições de primeira ordem neste ciclo eleitoral e que também tomou parte nas eleições autárquicas de 2008, conseguindo melhores resultados nestas últimas eleições do que nas legislativas de 2006. Entretanto,

tendo em conta os resultados conseguidos por todos os partidos pequenos que participaram nas legislativas (3,67% dos votos) comparativamente aos resultados que os pequenos partidos alcançaram nas autárquicas do mesmo ciclo (8,65%), confirma-se a segunda hipótese, visto que a soma dos resultados é mais alta nas autárquicas. É pertinente esclarecer que não se pode testar a hipótese para as presidenciais, na medida em que nestas eleições não participaram candidatos apoiados pelos pequenos partidos ou independentes.

Para este ciclo eleitoral, no caso das eleições autárquicas, os dados confirmam a terceira hipótese. Estas últimas apresentam uma percentagem de boletins em branco e inválidos maior comparativamente à taxa apurada nas legislativas; no entanto, ao comparar a taxa de boletins em branco/inválidos das eleições legislativas com a das eleições presidenciais, a hipótese não se confirma, uma vez que as eleições de primeira ordem apresentam taxas maiores.

Quanto à quarta hipótese, esta confirma-se parcialmente: em comparação com a percentagem de votos do PAICV nas legislativas de 2006, há diferenças mínimas na percentagem de votos obtida pelo candidato apoiado pelo partido incumbente nas presidenciais de 2006, mas regista-se uma queda de 9,3% nas autárquicas de 2008. Além disso, nas eleições autárquicas o partido no governo obteve resultados menores do que um dos partidos da oposição. Já nas presidenciais, o candidato apoiado pelo partido incumbente conseguiu melhores resultados do que o candidato apoiado pelo partido da oposição.

4.2.1.5. Ciclo eleitoral de 2011/2012

Nas eleições legislativas realizadas no dia 6 de Fevereiro de 2011, a participação chegou aos 76,01%, e houve uma percentagem de boletins em branco e nulos de 1,32%. Nestas eleições, que contaram com a participação de cinco partidos políticos, os dois maiores partidos conseguiram os seguintes resultados: PAICV 51,98% e MPD 41,72% dos votos. Quanto aos partidos mais pequenos, a UCID conseguiu ficar na terceira posição com 4,34% dos votos, seguida pelo PTS com 0,46% e, por último, o PSD com 0,19%.

As eleições presidenciais realizadas no mesmo ano (mas, ao contrário de eleições anteriores, vários meses após as legislativas, em 7 de Agosto de 2011), apresentaram uma taxa de participação de 53,50% e uma taxa de votos em branco e nulos de 1,13%. As mesmas contaram com a participação de quatro candidatos, sendo que dois se candidataram com o apoio dos dois maiores partidos políticos do país e os outros dois se candidataram de forma independente. Jorge Carlos Fonseca, que contou com o apoio do MPD, conseguiu um total de 37,79% dos votos, enquanto o candidato apoiado pelo PAICV, Manuel Inocêncio, obteve 32,65% das preferências dos eleitores. Dos candidatos independentes, Aristides Lima, conseguiu 27,71% dos votos e Joaquim Monteiro, uma percentagem mínima: 1,84% dos votos. Porém,

pelo facto de não ter havido maioria absoluta por parte de um dos candidatos, houve a necessidade de recorrer a um segundo sufrágio. Posto isto, Jorge Carlos Fonseca obteve 54,26% dos votos, vencendo assim estas eleições, enquanto Manuel Inocêncio obteve apenas 45,74% dos votos nesta segunda volta, marcada por uma taxa de participação de 59,87% e uma taxa de votos em branco e nulos de 0,74%.

Entretanto, as eleições autárquicas realizadas cerca de ano e meio após as legislativas (22 de Julho de 2012), contaram com uma taxa de participação de 69,04% e uma percentagem de boletins em branco e nulos de 2,44%. Nestas eleições participaram um total de onze partidos políticos. Entre estes, o MPD liderou os resultados, conseguindo obter 46,44% dos votos, de seguida encontramos o PAICV com 40,64%, e na terceira posição a UCID com 4,00% dos votos (os restantes partidos obtiveram resultados mais baixos; ver Quadro 4).

Neste ciclo eleitoral, confirma-se a primeira hipótese, na medida em que as eleições legislativas apresentam uma taxa de participação eleitoral maior quando comparadas com as eleições presidenciais e autárquicas. Comparando os resultados do primeiro e segundo sufrágio nas eleições presidenciais com os resultados das eleições legislativas ocorridas no mesmo ano, nota-se uma vasta diferença no que diz respeito à taxa de participação, de 22,51% na primeira volta e de 16,14% na segunda volta. Os dados mostram também uma diferença de participação eleitoral entre autárquicas e legislativas que ronda os 6,97%, favorecendo as últimas

Dos partidos pequenos, somente a UCID e o PTS participaram tanto nas eleições legislativas de 2011 como nas autárquicas de 2012, tendo ambos conseguido obter melhores resultados nas legislativas. No entanto, a soma de todos os partidos pequenos que se apresentaram às eleições de primeira ordem é inferior (4,99% dos votos) à soma dos resultados obtidos pelos pequenos partidos nas eleições de segunda ordem (10,49%). Ainda, deve-se salientar que no primeiro sufrágio para as presidenciais de 2011 os dois candidatos independentes conseguiram obter uma soma de 29,55% dos votos. Tendo em conta os cálculos apresentados, confirma-se a segunda hipótese, tendo em conta o facto de os partidos pequenos como um todo e os candidatos independentes na primeira volta nas presidenciais, conseguiram obter melhores percentagens de votos nas eleições de segunda ordem.

A terceira hipótese confirma-se quando se comparam as percentagens dos boletins em branco e inválidos nas eleições legislativas com as eleições autárquicas, tendo em conta que os dados apontam para percentagens maiores de boletins inválidos para as autárquicas. No entanto, esta hipótese não se confirma no caso das eleições presidenciais, sendo que estas últimas apresentam taxas de boletins inválidos menores.

Por fim, os dados confirmam a quarta hipótese. Nota-se uma queda de 11,34% de votos conseguidos pelo partido incumbente nas eleições autárquicas de 2012, comparativamente aos resultados conseguidos nas legislativas de 2011. Também nas eleições presidenciais houve uma queda de 6,24 pontos percentuais nos votos conseguidos pelo candidato apoiado pelo partido incumbente na segunda volta (e de quase 20 pontos na primeira). Nas eleições autárquicas, um dos partidos da oposição conseguiu obter melhores resultados do que o partido incumbente, e nas presidenciais o candidato apoiado pelo partido no governo teve piores resultados do que o candidato apoiado pelo partido da oposição.

4.2.1.6. Ciclo eleitoral de 2016

Nas últimas eleições legislativas realizadas em Cabo Verde, que tomaram lugar no dia 20 de Março de 2016, participaram 65,97% dos eleitores, sendo que 1,65% invalidaram o seu boletim ou votaram em branco. Estas eleições contaram com a participação de seis partidos políticos, sendo que o MPD, que vinha sendo o principal partido da oposição durante quinze anos, conseguiu 53,58% dos votos, fazendo com que houvesse alternância do poder político em Cabo Verde, enquanto o PAICV, que constituiu o partido do governo nos quinze anos anteriores, passou a ser o principal partido da oposição, obtendo 37,53% dos votos. Entre os partidos de menor expressão no país, a UCID, ocupou a terceira posição, obtendo 6,75% dos votos, de seguida o PP com 0,34, o PSD com 0,10 e por último o PTS com 0,05% dos votos.

Nas eleições presidenciais que tomaram lugar no dia 2 de Outubro de 2016, sensivelmente seis meses após a realização das legislativas, os dados apontam para uma taxa de participação eleitoral de 35,47% e uma soma de boletins em branco e nulos de 0,71%. Estas eleições contaram com a participação de dois candidatos independentes, tendo o candidato Albertino Graça conseguido obter 22,51% dos votos e Joaquim Monteiro 3,41%, enquanto o candidato apoiado pelo partido agora no governo conseguiu obter 74,09%, fazendo com que continuasse no poder por mais um mandato.

Quanto às eleições autárquicas realizadas em 4 de Setembro de 2016, verifica-se uma taxa de 58,19% de participação eleitoral e uma taxa de 2,67% de votos em branco e nulos. Participaram nestas eleições onze partidos políticos. O MPD liderou os resultados ao conseguir uma taxa de votação de 53,43%, tendo o PAICV ocupado a segunda posição ao obter 34,86% dos votos e de seguida a UCID com uma votação de 5,10%, (ver os resultados dos restantes partidos políticos no Quadro 4).

Para o presente ciclo eleitoral, confirma-se a primeira hipótese, na medida em que a eleição de primeira ordem apresenta uma taxa de participação eleitoral superior aos resultados obtidos nas eleições de

segunda ordem, sendo que esta diferença ronda em torno dos 7,78% no caso das autárquicas e mais de 30 por cento nas presidenciais.

De entre os partidos mais pequenos (UCID, PP, PSD e PTS) que tomaram parte nas legislativas e nas autárquicas, nenhum conseguiu obter melhores resultados nas eleições de segunda ordem. Contudo, somando os resultados obtidos por todos os partidos pequenos nas eleições de primeira ordem (7,24% dos votos) e comparando-os com os resultados obtidos pelos partidos pequenos nas autárquicas do mesmo ano (um total de 9,24%) e com a soma das percentagens de voto obtidas pelos dois candidatos independentes nas eleições presidenciais (25,92%), é possível confirmar a segunda hipótese, tendo tanto os pequenos partidos como os candidatos independentes obtido melhores resultados em comparação com os resultados obtidos nas eleições de primeira ordem.

Confirma-se a terceira hipótese ao comparar a taxa de boletins inválidos e em branco obtidos nas eleições de primeira ordem com as eleições autárquicas, uma vez que nestas registaram-se percentagens maiores. Contudo, ao comparar a mesma taxa nas eleições de primeira ordem e nas presidenciais, não se confirma a hipótese, uma vez que estas últimas apresentam percentagens menores.

Por fim, no presente ciclo eleitoral, não se confirma a quarta hipótese, na medida em que o partido no governo, o MPD, conseguiu obter melhores resultados do que os demais partidos nas eleições autárquicas; no mesmo passo, o candidato apoiado pelo partido incumbente conseguiu obter melhores resultados nas eleições presidenciais. Nota-se uma estabilidade no que diz respeito às percentagens obtidas pelo partido incumbente nas eleições legislativas e autárquicas; além disso, quando se comparam os resultados obtidos pelo partido incumbente nas eleições de primeira ordem com os resultados obtidos pelo candidato apoiado pelo mesmo partido nas eleições presidenciais, nota-se um aumento de 20,51% em termos das preferências recolhidas.

4.2.2. Análise global do período 1991-2016

Começamos por analisar a diferença entre as taxas de participação eleitoral nas eleições de segunda ordem e nas legislativas anteriores (Quadro 5). Tendo em conta a média global, a média das presidenciais e a média das autárquicas, todas apresentam valores percentuais negativos. Centrando-nos na média global, este aponta para uma diferença de participação eleitoral entre as eleições de primeira ordem e de segunda ordem que ronda os 10 pontos percentuais, favorecendo as eleições de primeira ordem, fazendo com que se confirme a primeira hipótese. No entanto, as diferenças são muito maiores no caso das presidenciais (-14,44) do que no caso das autárquicas (-3,60).

Na penúltima e última colunas do Quadro 5, em que se apresentam dados que permitem testar a segunda hipótese (melhores resultados de partidos pequenos em eleições de segunda ordem), observamos uma média global da diferença de resultados dos partidos grandes nos dois tipos de eleição de -5,44 pontos percentuais: no entanto, a média das presidenciais apresenta um valor positivo (5,12%), enquanto a média para as autárquicas é negativa (-17,50%). Ainda, a última coluna do mesmo quadro (resultados dos pequenos partidos) apresenta uma média global de 5,51 pontos percentuais, ao mesmo passo tanto as presidenciais (2,42), como as autárquicas (7,57), apresentam valores positivos, fazendo com que se confirme a segunda hipótese. Há, contudo, uma grande variação no caso das presidenciais, sendo esta hipótese confirmada para todas as eleições apenas no caso das autárquicas.

Ao olhar para as eleições como um todo, não se pode afirmar que haja mais boletins em branco e inválidos nas eleições de segunda ordem (terceira hipótese), sendo que a média global aponta para 0,28 de pontos percentuais de diferenças entre as eleições de primeira e de segunda ordem. Isto acontece porque a média das presidenciais é um valor negativo (-1,11%) e para as autárquicas a média assume um valor positivo (1,88%); assim sendo, para o período democrático em cabo Verde, a hipótese confirma-se apenas no caso das autárquicas. No caso das autárquicas, a diferença é positiva em todas as eleições; no caso das presidenciais, negativa em todas.

Por fim, quanto à punição do partido no governo nas eleições de segunda ordem, os dados apontam para uma média global de -3,14 pontos percentuais de diferença nos resultados do incumbente nestes dois tipos de eleição (Quadro 5). A média para as presidenciais é positiva (3,96%), enquanto as autárquicas apresentam um valor negativo (-11,24), fazendo com que se confirme parcialmente a quarta hipótese, somente para as eleições autárquicas.

QUADRO 5 - QUADRO-RESUMO: DIFERENÇAS EXISTENTES NAS ELEIÇÕES DE PRIMEIRA ORDEM FACE ÀS ELEIÇÕES DE SEGUNDA ORDEM.

Tipo eleição	Ano	Diferença entre a participação nesta eleição e nas legislativas anteriores	Diferença entre a % de votos brancos e nulos nesta eleição e nas legislativas anteriores	Diferença entre o resultado do partido/candidato apoiado pelo partido no governo nesta eleição e nas legislativas anteriores	Diferença entre a % de votos de PAICV e MPD juntos nesta eleição e nas legislativas anteriores	Diferença entre a % dos partidos mais pequenos juntos nesta eleição e nas legislativas anteriores
Presidenciais	1991	-13,89	-4,14	9,62	4,12	--
Autárquicas	1991	-19,99	2,06	-20,48	-33,17	--
Presidenciais	1996	-32,99	-1,18	28,83	28,83 ³	-8,99
Autárquicas	1996	Sem dados ⁴	0,78	-22,91	-45,24	9,54 ⁵
Autárquicas	2000	-16,22	4,28	-7,15	-21,19	18,71
Presidenciais	2001 1.º Sufrágio	-2,85	-0,34	-2	3,96	-2,08
Presidenciais	2001 2.º Sufrágio	4,43	-0,67	1,59	11,82	--
Autárquicas	2004	3	2,59	-7,37	-5,81	4,71
Presidenciais	2006	-1,07	-0,82	-1,32	3,68	--
Autárquicas	2008	26,38	1,28	-9,3	-7,63	4,94
Presidenciais	2011 1.º Sufrágio	-22,51	-0,19	-19,33	-23,26	24,56
Presidenciais	2011 2º Sufrágio	-16,14	-0,58	-6,24 ⁶	6,3	--
Autárquicas	2012	-6,97	1,12	-11,34	-6,62	5,5
Presidenciais	2016	-30,5	-0,94	20,51	5,49	-3,83
Autárquicas	2016	-7,78	1,02	-0,15	-2,82	2
Média Global	1991-2016	-9,79	0,28	-3,14	-5,44	5,51
Média Presidenciais	1991-2016	-14,44	-1,11	3,96	5,12	2,42
Média Autárquicas	1991-2016	-3,60	1,88	-11,24	-17,50	7,57

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CNE

³ Somente foram calculados os resultados para o MPD, uma vez que o único candidato às presidenciais no ano de 1996 foi apoiado pelo partido.

⁴ Os documentos consultados não apresentam os resultados sobre a taxa de participação eleitoral nas eleições autárquicas do ano de 1996.

⁵ É apresentada a diferença da soma de todos os partidos pequenos nestas eleições e nas eleições legislativas, mas deve-se ter em conta que nem todos os partidos que participaram nas autárquicas participaram nas legislativas, e vice-versa.

⁶ Nas presidenciais de 2011, o PAICV constituía o partido no governo, mas o candidato para as eleições presidenciais apoiado pelo mesmo partido não conseguiu ganhar estas eleições.

CONCLUSÕES

O objetivo desta investigação foi o de aplicar a teoria das eleições de segunda ordem desenvolvida por Reif e Schmitt (1980) ao caso de Cabo Verde, visando perceber se existem diferenças na participação e nas escolhas eleitorais dos cidadãos cabo-verdianos em eleições de primeira e de segunda ordem, congruentes com a teoria acima apresentada. Nestes parâmetros, houve a necessidade de fazer uma análise de todas as eleições, legislativas, presidenciais e autárquicas, decorridas em Cabo Verde, desde as primeiras eleições realizadas no regime de multipartidarismo que decorreram no ano de 1991 até as últimas eleições realizadas no país, em 2016.

Tendo em conta os resultados eleitorais observados no país, a primeira hipótese (um menor nível de participação nas eleições de segunda ordem em Cabo Verde, quando comparadas com as eleições de primeira ordem), confirma-se na maioria dos ciclos eleitorais (1991; 1995/1996/2000; 2011/2012 e 2016), bem como no período como um todo, fazendo com que se possa afirmar que nas eleições de segunda ordem cabo-verdianas regista-se um menor nível de participação eleitoral em comparação com as eleições de primeira ordem (Quadro 5; Quadro 6). Porém, isto não acontece no ciclo eleitoral de 2001/2004, na medida em que ambas as eleições consideradas de segunda ordem apresentam melhores taxas de participação eleitoral, quando comparadas com as eleições de primeira ordem; porém, a hipótese confirma-se para a primeira volta das presidenciais neste ciclo eleitoral, tendo estas obtido uma taxa de participação eleitoral inferior ao das eleições de primeira ordem. Ainda, para o ciclo eleitoral de 2006/2008, a hipótese é parcialmente confirmada, ou seja, apenas quando se comparam as eleições legislativas com as eleições presidenciais.

A não confirmação da hipótese na segunda volta das presidenciais e nas autárquicas do ciclo eleitoral de 2001/2004, e a confirmação parcial da hipótese no ciclo eleitoral de 2006/2008, pode dever-se a dois fenómenos. Em primeiro lugar, a popularidade do governo (Freire, 2005) pode estar associada ao aumento da taxa de participação eleitoral nas eleições de segunda ordem. Por outro lado, este aumento também pode ser explicado pelo “descontentamento” dos eleitores referente à postura adotada pelo partido no governo, fazendo com este aumento da participação eleitoral seja acompanhado por um declínio no apoio do partido incumbente ou candidato apoiado pelo partido nas eleições de segunda ordem, comparativamente aos resultados obtidos nas eleições de primeira ordem. Nota-se que esta última ideia é válida, tendo em conta que em todas as eleições de segunda ordem realizadas nestes dois ciclos, com a exceção das presidenciais de 2001, mesmo havendo um aumento nas taxas de participação eleitoral, há uma queda percentual de votos obtidos pelo partido incumbente e candidato apoiado pelo partido, comparativamente aos resultados obtidos nas eleições de primeira ordem.

Quanto à segunda hipótese (maior probabilidade dos partidos mais pequenos em Cabo Verde conseguirem melhores resultados nas eleições de segunda ordem, comparativamente com os resultados

nas eleições de primeira ordem), durante a análise fui deparado com três situações diferentes. Isto é, para o ciclo eleitoral de 1991, não foi possível testar a segunda hipótese, devido a ausência de partidos pequenos nas eleições de segunda ordem. Para os ciclos eleitorais de 1995/1996/2000, 2001/2004 e 2006/2008, a hipótese é parcialmente confirmada, quando se compara a soma dos resultados obtidos pelos partidos pequenos nas eleições autárquicas com os resultados nas legislativas. Ainda, para o ciclo eleitoral de 1995/1996/2000, também não foi possível testar a hipótese para as presidenciais, dado ao facto de estas eleições contarem apenas com um candidato apoiado pelo MPD. De igual modo, no ciclo eleitoral de 2006/2008, não foi possível testar a hipótese devido a ausência de candidatos independentes ou apoiados por partidos pequenos. Diferentemente destas, a hipótese é confirmada na totalidade nos ciclos eleitorais de 2011/2012 e 2016, dado as somas dos resultados nas eleições de segunda ordem serem maiores para os partidos pequenos e candidatos independentes, comparativamente às das eleições de primeira ordem. Olhando para o período democrático como um todo, a hipótese é efetivamente confirmada, ainda que de forma mais consistente no caso das autárquicas.

A terceira hipótese (maior número de boletins brancos e nulos nas eleições de segunda ordem em Cabo Verde, por comparação com as eleições de primeira ordem) apresenta uma conformidade em todos os ciclos eleitorais (Quadro 5; Quadro 6). A hipótese confirma-se para todos os ciclos eleitorais mas apenas nas eleições autárquicas, tendo as últimas apresentado taxas de boletins em branco e inválidos superiores em todos os momentos eleitorais. Mas por outro lado, ao comparar as percentagens de boletins inválidos obtidos nas eleições legislativas com as obtidas nas eleições presidenciais, a hipótese não se confirma, uma vez que em todos os momentos eleitorais as presidenciais apresentaram taxas de boletins inválidos inferiores às taxas obtidas nas eleições legislativas. O que pode explicar a não confirmação da hipótese para as eleições presidenciais, pode ser o facto de estas serem mais individualizadas, tendo uma pessoa a almejar o poder e não um partido político, fazendo com que os cidadãos eleitores sintam que é mais fácil exprimir as suas opiniões.

Por último, a quarta hipótese (maior penalização dos partidos no governo, que recebem menos votos nas eleições de segunda ordem, que nas eleições em que foram eleitos), é parcialmente confirmada para as eleições autárquicas tanto no ciclo eleitoral de 1991, ano em que decorreram as primeiras eleições no regime multipartidário, como nos ciclos eleitorais de 1995/1996/2000, 2001/2004, 2006/2008 e, tendo o partido incumbente obtido uma ligeira queda nas percentagens de votos obtidas nas eleições em que foi eleito. Convém esclarecer que não foi possível testar a hipótese de forma válida nas eleições presidenciais de 1996, dado que somente tomou parte nestas eleições o candidato António Mascarenhas Monteiro, que contou com o apoio do incumbente MPD. No ciclo eleitoral de 2011/2012, a hipótese é confirmada na totalidade, tendo em conta que o partido incumbente teve resultados mais baixos tanto nas eleições autárquicas como nas presidenciais comparativamente às eleições em que foi eleito; nas presidenciais de 2011, o candidato apoiado pelo partido incumbente não conseguiu ganhar as eleições,

e houve uma ligeira queda de percentagem de votos por parte do candidato; ainda, nas autárquicas de 2012, além de se ter registado uma notável perda na percentagem de votos por parte do partido incumbente, este ainda perdeu estas eleições para um dos partidos na oposição. Esta hipótese é rejeitada no ciclo eleitoral de 2016, ano em que decorreram as últimas eleições no país, tendo sido observados melhores resultados eleitorais para o partido no governo.

QUADRO 6 - QUADRO-RESUMO: TESTE DAS HIPÓTESES POR CICLOS ELEITORAIS E NO PERÍODO GLOBAL

	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3	Hipótese 4
1991	Confirmada	Não testada ⁷	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)
1995/1996/2000	Confirmada	Parcialmente Confirmada (Autárquicas) ⁸	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)	Parcialmente Confirmada (Autárquicas) ⁹
2001/2004	Parcialmente confirmada (1ª V. presidenciais)	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)
2006/2008	Parcialmente Confirmada (Presidenciais)	Parcialmente Confirmada (Autárquicas) ¹⁰	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)
2011/2012	Confirmada	Confirmada	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)	Confirmada
2016	Confirmada	Confirmada	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)	Rejeitada
Período global	Confirmada	Confirmada	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)	Parcialmente Confirmada (Autárquicas)

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados apresentados pelos ciclos eleitorais

⁷ Não é possível testar a segunda hipótese para o presente ciclo eleitoral, devido à ausência de partidos pequenos nas eleições de primeira ordem.

⁸ Não é possível testar a segunda hipótese, no presente ciclo eleitoral, para as presidenciais, tendo em conta que estas eleições contaram apenas com um candidato, apoiado pelo MPD.

⁹ Não foi possível testar a quarta hipótese para as presidenciais, na medida em que houve somente um candidato apoiado pelo partido incumbente.

¹⁰ A segunda hipótese não foi testada para as eleições presidenciais, devido à ausência de candidatos independentes e candidatos apoiados pelos partidos mais pequenos.

A não confirmação da quarta hipótese para o ciclo eleitoral de 2016, pode dever-se ao facto de o ano em análise ser o ano em que decorreram todas as eleições (legislativas, presidenciais e autárquicas), e que nestas, o MPD, partido eleito para governar Cabo Verde, vinha sendo o principal partido da oposição durante três mandatos eleitorais (15 anos); assim os cidadãos eleitores cabo-verdianos viram nestas eleições uma oportunidade de penalizar o PAICV, partido incumbente durante os três mandatos anteriores (2001, 2006 e 2011).

Após a análise das hipóteses, é conveniente destacar alguns pontos que ajudarão na compreensão sobre as eleições de segunda ordem em Cabo Verde. Primeiramente, deve-se destacar o facto de os resultados apontarem para que, de facto, as eleições autárquicas sejam vistas pelos cabo-verdianos como sendo eleições de segunda ordem, tendo estas apresentado menores percentagens de participação eleitoral, maiores percentagens de boletins brancos e nulos, melhores resultados para partidos pequenos e punição do partido no governo.

No caso das presidenciais, as características são menos visíveis, ou seja, nem sempre se verificam. Isto pode dever-se a dois fenómenos. Primeiro, o facto de as datas em que se realizaram as eleições legislativas e presidenciais em Cabo Verde, terem sido quase sempre muito próximas, uma distância temporal variando entre 1 a 7 meses, talvez não deixe sustentar na totalidade o argumento de descontentamento e uma consequente penalização ou punição do governo por parte dos cidadãos eleitores nas eleições presidenciais (para uma melhor compreensão consultar todas as datas de todas as eleições realizadas em Cabo Verde, no anexo II). Por outro lado, apesar de Cabo Verde ter um sistema semipresidencial (Madeira, 2015), o presidente tem muitos poderes (Fortes e Magalhães, 2005), o que faz com que, com base nos resultados obtidos pelos candidatos e as taxas de boletins inválidos apuradas em todas as eleições presidenciais durante todos os momentos eleitorais (Quadro 3), se afirme que os cidadãos eleitores cabo-verdianos talvez as não vejam, ou não as vejam sempre, como eleições de segunda ordem.

Tendo em conta que a questão do comportamento eleitoral em Cabo Verde não é um assunto muito desenvolvido e debatido no país, espera-se que o presente estudo possa contribuir de forma positiva para o conhecimento do assunto em causa e que ao mesmo tempo possa estimular e despertar o interesse para futuras investigações sobre o comportamento eleitoral em Cabo Verde, tal como para investigações sobre as eleições de segunda ordem em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ames, Barry (2007). *Democratic Consolidation In Cape Vert: Round 3 of the Afrobarometer*. Pittsburgh.
- Araújo, C. Raúl (2000), *Os Sistemas de Governo de Transição Democrática na P.A.L.O.P.*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Barros, José Mário (2008). *A Integração dos Emigrantes no Sistema Politico Cabo-verdiano*. Mindelo, Gráfica do Mindelo.
- Cabo Verde (2010), *Constituição Da República de Cabo Verde*. Assembleia Nacional: Praia.
- Canotinho, J. J. Gomes (2003), *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 7ª Edição.
- Carvalho, João, N. e Veiga, José, C. S. (2014), Territórios Eleitorais dos Partidos na Ilha de Santiago. *Revista de Geografia (UFPE)*, v. 31, nº 2, p.158-168.
- Carvalho, João, N. e Veiga, José, C. S. (2015), Evolução da votação dos partidos na 2ª República em Cabo Verde (1991/2011). *Revista de Geopolítica*, v. 6, nº 1, p. 158 - 168.
- Cardoso, Humberto (2016), *O Partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança*. Praia, Livraria Pedro Cardoso. 2ª Edição.
- Clark, Nick e Rohrschneider, Robert (2009), Second-Order Elections versus First Order Thinking: How Voters Perceive the Representation Process in a Multi-Layered System of Governance. *Journal of European Integration*, Vol. 31 (5), pp. 645-664.
- Costa, H. Daniel (2009), É Semipresidencialismo, Sim! In *A Semana: Opinião*.
- Dahl, Robert, A. (1999), *Democracia*. (trad. Teresa Braga). Lisboa, Tilgráfica - Sociedade Gráfica SA.
- Downs, Anthony (1957), *An Economic Theory of Democracy*. Nova Iorque, Harper Collins Publishers.
- Eijk, Cees van der, e Franklin, Mark (org.) [1996 (1999)], *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*. Michigan, Michigan University Press.
- Eijk, Cees van der; Franklin, Mark, e Marsh, Michael (1996), “What voters teach us about Europe-wide elections: what Europe-wide elections teach us about voters”, *Electoral Studies*, vol. 15 (2), pp. 149-166.
- Évora, Dórina, C. O. (2016), *Análise Comparativa da Abstenção nos Círculos Eleitorais de Santo Antão e São Vicente*. Universidade do Mindelo. Dissertação de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, São Vicente, Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Uni-Mindelo.
- Évora, Roselma (2001), *A Abertura Política e o Processo de Transição Democrática em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Brasília, Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília.

- Évora, Roselma (2009), *Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde*. Tese de Doutoramento em Ciência Política, Brasília, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.
- Flick, Uwe (2004), *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman.
- Fonseca, Jorge, C. (2004), *Tópicos desenvolvidos sobre a teoria geral do Estado e Direito Constitucional*. Ed. Policopiada para uso dos alunos do Curso de Gestão Financeira da Universidade Piaget. Praia.
- Fonseca, Jorge, C. (2007), *Cabo Verde: Um Sistema Semipresidencial de Sucesso?* In *Negócios Estrangeiros*. 11.4. Especial Setembro.
- Fortes, Braulio, G. e Magalhães, Pedro (2005), As eleições presidenciais em sistemas semipresidencialistas: participação eleitoral e punição dos governos. *Análise Social*, Vol. XL (177), pp. 891-922.
- Furtado, Vlademiro, S. (2015), *Cultura Política e Consolidação Democrática em Cabo Verde: Um Balanço de 24 anos de Instauração da Democracia*. 1º Seminário Internacional de Ciência Política, Estado e Democracia em Mudança no Séc. XXI. UFRGS, Porto Alegre.
- Furtado, Vlademiro, S. (2017), *Pode a democracia cabo-verdiana ser classificada como consolidada? O que nos dizem os estudos empíricos?* In *A Semana*, 17 de Setembro.
- Freire, André (2001), *Modelos de Comportamentos Eleitorais: Uma Breve Introdução Crítica*. Oeiras, Celta Editora. Ed. 1ª Edição.
- Freire, André e Magalhães, Pedro (2002), *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Henriques, Victor e Cabrito, Belmiro Gil (1987), *Introdução a Política*. (3ª Ed.). Lisboa, Textos, Sociedade Editora e Distribuidora de Livros, Lda.
- Koepke, Jason, R. e Ringe, Nils (2006), *The Second-Order Election Model in an Enlarged Europe*. *European Union Politics*, Vol. 7, N. 3, September.
- Lijphart, Arend (1989), *As Democracias Contemporâneas*. (Trad. Alexandre Correia e Francisco Bagio). 1ª Edição. Editora: Artes Gráficas, Lda.
- Lima, Aristides, R. (1992). *Reforma Política em Cabo Verde: Do Paternalismo à modernização do Estado*. Praia, Foundation Friedrich Ebert.
- Madeira, João, P. (2015), *O Sistema Semipresidencialista Cabo-verdiano*. Em *A Voz, Diário Digital Independente de Cabo Verde*. (Online)
- Marsh, Michael (1998), *Testing the Second-Order Election Model after Four European Elections*. Cambridge University Press. *British Journal of Political Science*, Vol. 28 (4), pp. 591-607.
- Mill, John Stuart (2006), *O Governo Representativo*. São Paulo: Escala.
- Nohlen, Dieter (2007), *Os Sistemas Eleitorais: O Contexto faz a Diferença*. (Trad. Conceição Pequito Teixeira). Lisboa, Livros Horizonte, Lda.

- Norris, Pippa (1997), Second-order election revisited: Nominations and reflections. *European Journal of Political Research*, Vol. 31, pp. 109-124.
- O'Donnel, Guillermo (1991) "Democracia Delegativa" in *Novos Estudos Cebrap*, Nº 31, p. 25-40.
- Oliveira, Lonardy, S. V. (2011) *Importância do empreendedorismo na atividade turística*. Dissertação de Licenciatura em contabilidade e Administração - Administração e Controlo Financeiro, Mindelo, ISCEE.
- Pires, Ailine (2015), 2016 - *O Ano de Todas as Eleições em Cabo Verde*. Dissertação de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, Mindelo, Departamento de Ciências Humanas, Sociais e Jurídicas, Uni-Mindelo
- Raupp, Fabiano, M., e Beuren, Ilse, M. (2006), *Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais*. São Paulo, Atlas, Cap. 3, pp. 76-97.
- Reif, Karlheinz, e Schmitt, Hermann (1980), "Nine Second-Order National Elections - A Conceptual Framework for the Analysis of European Election Results". *European Journal of Political Research*, vol 8 (1), pp. 3-44.
- Reif, Karlheinz (1987), Party government in the Fifth French Republic, in: R. Katz (ed.), *Party governments: European and American experiences*. Berlin, European University Institut, Series C-Political and Social Sciences
- Reif, Karlheinz (1997), European elections as member state second-order elections revisited. Eurobarometer, European Commission, Brussels, Belgium. *European Journal of Political Research*, Vol. 31, pp. 109-124.
- Richardson, Roberto, J. (1999), *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. Editora Atlas. 3ª Edição. São Paulo.
- Sanches, Edalina (2010), O Processo de Institucionalização do Sistema de Partidos cabo-verdiano. *Revista de Estudos Cabo-Verdiano*, Nº4, p. 9-28.
- Santos, Fabiano (2000), Escolhas Institucionais e Transição por Transição: sistemas políticos de Brasil e Espanha em perspetivas comparadas. *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 43, Nº 4, p. 1-19.
- Schmitt, Hermann; Nunes, Filipe; Freire, André; Kolk, Henk van der; Veiga, Linda, G. e Veiga, Francisco; Fortes, Braulho, G. e Magalhães, Pedro (2005), Eleições de segunda ordem: Portugal no contexto internacional. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Vol XL, 4º Trimestre.
- Silva, Mário, R. P. (2009), Sistema de Governo: A Singularidade Cabo-verdiana. In, *I Congresso do Direito de Língua Portuguesa*, 7/6 de Maio.
- Silveira, Onésimo (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa, Edições Colibri.
- Sotillos, Irene, D. (1997), *El Comportamiento Electoral Municipal Español, 1979-1995*. Madrid, CIS.
- Zakaria, Fareed (2005), O Futuro da Liberdade: *A Democracia Iliberal nos Estados Unidos e no Mundo*. (Trad. Arnaldo M. A. Gonçalves). 2ª Edição. Editora: Artes Gráficas, S. A., e Gravita - Publicações, Lda.

ANEXOS

Anexo I

Boletins Oficiais

- Eleições Legislativa 1991 - Boletim Oficial N.º 3 de 25 Janeiro de 1991
- Eleições Legislativas 1995 - Boletim Oficial N.º 52, Serie I, de 27 de Dezembro de 1995
- Eleições Legislativas 2001 - Boletim Oficial N.º 2, I Série, de 22 de Janeiro de 2001
- Eleições Legislativas 2006 - Boletim Oficial N.º 11, I Série, de 14 de Março de 2006
- Eleições Legislativas 2011 - Boletim Oficial N.º 07, I Série, de 19 Fevereiro de 2011
- Eleições Legislativas 2016 - Boletim Oficial N.º 24, I Série, de 31 de Março de 2016
- Eleições Presidenciais 1991 - Boletim Oficial N.º 10 de 09 de Março de 1991
- Eleições Presidenciais 1996 – Boletim Oficial N.º 11, II Série, de 15 de Março 1996
- Eleições Presidenciais 2001 (1º Volta) - Boletim Oficial N.º 8, II Série, de 19 Fevereiro de 2011
- Eleições Presidenciais 2001 (2º Volta) - Boletim Oficial N.º 10, II Série, de 5 Março de 2001
- Eleições Presidenciais 2006 - Boletim Oficial N.º 8, I Série, de 21 De Fevereiro de 2006
- Eleições Presidenciais 2011 (1º volta) - Boletim Oficial N.º 29, I Série, de 29 de Agosto de 2011
- Eleições Presidenciais 2011 (2º volta) - Boletim Oficial N.º 29, I Série, de 04 de Setembro de 2011
- Eleições Presidenciais 2016 - Boletim Oficial N.º 59, I Série, de 14 de Outubro de 2016
- Eleições Autárquicas de 1991 - Boletim Oficial N.º 50, de 18 de Dezembro de 1991
- Eleições Autárquicas de 1996 - Boletim Oficial N.º 9, II Série, de 15 de Fevereiro de 1996
- Eleições Autárquicas de 2000 - Boletim Oficial N.º 6, I Série, de 06 de Março de 2000
- Eleições Autárquicas de 2004 - Boletim Oficial N.º 10, I Série, de 05 de Abril de 2004
- Eleições Autárquicas de 2008 (retificação) - Boletim Oficial N.º 20, I Série de 3 de Junho de 2008
- Eleições Autárquicas de 2011 - Boletim Oficial N.º 45, I Série de 01 de Agosto de 2011
- Eleições Autárquicas de 2016 - Boletim Oficial N.º 51, I Série de 20 de Setembro de 2016

Anexo II

Lista de todas as datas das eleições realizadas em Cabo Verde (1991 – 2016).

Eleições legislativas:

- 1ª Eleições legislativas, 13 de Janeiro de 1991;
- 2ª Eleições legislativas, de 17 de Dezembro de 1995;
- 3ª Eleições legislativas, 14 de Janeiro de 2001;
- 4ª Eleições legislativas, 22 de Janeiro de 2006;
- 5ª Eleições legislativas, 6 de Fevereiro de 2011;
- 6ª Eleições legislativas, 20 de Março de 2016;

Eleições presidenciais:

- 1ª. Eleições presidenciais, 17 de Fevereiro de 1991;
- 2ª. Eleições presidenciais 18 de Fevereiro de 1996;
- 3ª. Eleições presidenciais de 2001:
 - Primeiro sufrágio: 11 de Fevereiro de 2001;
 - Segundo sufrágio: 25 de Fevereiro de 2001;
- 4ª. Eleições presidenciais, 12 de Fevereiro de 2006;
- 5ª. Eleições presidenciais de 2011:
 - Primeiro sufrágio: 7 de Agosto de 2011;
 - Segundo sufrágio: 21 de Agosto de 2011;
- 6ª. Eleições Presidenciais, 2 de Outubro de 2016;

Eleições autárquicas:

- 1ª Eleições autárquicas, 18 de Dezembro de 1991;
- 2ª Eleições autárquicas, 21 de Janeiro de 1996;
- 3ª Eleições autárquicas, 20 de Fevereiro de 2000;
- 4ª Eleições autárquicas, 21 de Março de 2004;
- 5ª Eleições autárquicas, 18 de Maio de 2008;
- 6ª Eleições autárquicas, 22 de Julho de 2012;
- 7ª Eleições autárquicas, 4 de Setembro de 2016;